

**PRODUTO**

# INTERNO BRUTO

**DO ESTADO DO MARANHÃO**

SÉRIE 2010-2014



**IMESC**  
10 ANOS



[www.imesc.ma.gov.br](http://www.imesc.ma.gov.br)

# **PRODUTO INTERNO BRUTO DO ESTADO DO MARANHÃO**

---

**Período 2010 a 2014**

**GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO**

Flávio Dino de Castro e Costa

**SECRETÁRIO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO**

Cynthia Celina de Carvalho Mota Lima

**INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS**

**PRESIDENTE**

Felipe Macedo de Holanda

**DIRETOR DE ESTUDOS E PESQUISAS**

Carlos Frederico Lago Burnett

**DIRETOR DE ESTUDOS AMBIENTAIS E GEOPROCESSAMENTO**

Josiel Ribeiro Ferreira

**DIRETORA DE COMUNICAÇÃO E DISSEMINAÇÃO DE DADOS**

Lígia do Nascimento Teixeira

**DIRETOR ADMINISTRATIVO FIINANCEIRO**

André Luiz Lustosa de Oliveira

**COORDENAÇÃO**

Dionatan Silva Carvalho

**ELABORAÇÃO**

Anderson Nunes Silva

Dionatan Silva Carvalho

Rafael Thalysson Costa Silva

**REVISÃO**

Camila Carneiro

Produto Interno Bruto do Estado do Maranhão: período  
2010 a 2014 / Instituto Maranhense de Estudos  
Socioeconômicos e Cartográficos. V.1 (2005) – . São Luís:  
IMESC, 2005 – .

Anual

Anterior a 2007, editado pela Superintendência de Estudos e  
Pesquisas Econômicas e Sociais da SEPLAN.

1. Produto Interno Bruto – Maranhão. I. Instituto  
Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos.

CDU 330.55 (812.1)

## APRESENTAÇÃO

O Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos – IMESC, autarquia da Secretaria de Planejamento do Estado do Maranhão, por meio da sua Diretoria de Estudos e Pesquisas - DEPE, apresenta os resultados do Produto Interno Bruto – PIB do Maranhão, para os anos de 2010 a 2014, bem como os resultados da série retropolada no período de 2002 a 2009 e o PIB pela ótica da renda em 2014.

Os dados divulgados nesta publicação substituem e atualizam as estimativas realizadas no período de 2002 a 2009 na base de referência 2002. O ano de 2010 passa a ser a nova base de referência para o Sistema de Contas Nacionais, Contas Regionais e PIB dos municípios, cujos procedimentos metodológicos adotados estão em conformidade com o Manual Internacional de Contas Nacionais - SNA de 2008 organizado pela Organização das Nações Unidas - ONU, Fundo Monetário Internacional - FMI, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE e Banco Mundial, antes SNA de 1993.

O IMESC é o órgão responsável pela execução do Convênio entre o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e o Governo do Estado do Maranhão para o cálculo do Produto Interno Bruto do Maranhão, por isso os dados divulgados seguem a metodologia de responsabilidade do IBGE, uniforme para todas as unidades da federação e integrada com a série do Sistema de Contas Nacionais do Brasil.

Por meio desta publicação o IMESC dá continuidade à sua missão institucional direcionada à produção e divulgação de dados estatísticos e de indicadores socioeconômicos com a finalidade de subsidiar e orientar as ações do planejamento estadual, bem como à elaboração de estudos e pesquisas sobre a realidade do Estado.

**Felipe Macedo de Holanda**  
Presidente do Instituto Maranhense de Estudos  
Socioeconômicos e Cartográficos

## LISTA DE TABELA

Tabela 1. Produto Interno Bruto a preços correntes, do Brasil, Nordeste e Maranhão – Ano 2010 a 2014.....	9
Tabela 2. População residente e taxa geométrica de crescimento populacional do Brasil, Nordeste e Maranhão – Ano 2010 a 2014.....	13
Tabela 3. Valor Adicionado Bruto do setor da Agropecuária no Maranhão – Ano 2010 a 2014.....	15
Tabela 4. Valor Adicionado Bruto do setor da Indústria no Maranhão – Ano 2010 a 2014.....	18
Tabela 5. Valor Adicionado Bruto do setor de Serviços no Maranhão – Ano 2010 a 2014.....	23
Tabela 6. Produto Interno Bruto pela Ótica da Renda, Pessoas Ocupadas e relação PIB por pessoal ocupado - Anos 2010 – 2014.....	27
Tabela 7. Variação real acumulada do PIB e do Valor Adicionado por atividade econômica. Série retropolada – Anos 2002 a 2014.....	29

### ANEXO A - Tabelas de Resultados – IBGE

Tabela 8. Produto Interno Bruto, população residente e Produto Interno Bruto per capita, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2014.....	38
Tabela 9. Participação percentual e posição relativa do Produto Interno Bruto das Unidades da Federação em relação ao Produto Interno Bruto do Brasil – Ano 2010 a 2014.....	39
Tabela 10. Posição relativa, Variação real anual e acumulada do Produto Interno Bruto das Unidades da Federação no Produto Interno Bruto do Brasil, das Grandes Regiões e das Unidades da Federação – Ano 2010-2014.....	40
Tabela 11. PIB per capita das Grandes Regiões e Estados e razão entre PIB per capita brasileiro e das Unidades da Federação – 2010 a 2014.....	41
Tabela 12. Participação das Atividades econômicas no Valor Adicionado Bruto – Brasil - 2014.....	42
Tabela 13. Produto Interno Bruto a preços correntes do Maranhão. Série retropolada – Anos 2002 a 2014.....	43

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. PIB do Maranhão a preço de mercado corrente (em milhões R\$) – Ano 2010 a 2014 .....	9
Gráfico 2. Variação real anual do PIB do Brasil e das Unidades da Federação no ano de 2014 .....	10
Gráfico 3. Variação real acumulada do PIB do Brasil e das Unidades da Federação dos anos 2010 a 2014.....	10
Gráfico 4. Produto Interno Bruto (em R\$ milhões) das Unidades da Federação (UF) e participação das UF no PIB do Brasil.....	11
Gráfico 5. PIB per capita (R\$) do Brasil e das Unidades da Federação - 2014 .....	11
Gráfico 6. Participação das Atividades no Valor Adicionado Bruto do Maranhão – Ano 2010 a 2014.....	13
Gráfico 7. Taxas de variação do índice de volume do Valor Adicionado Bruto a preços básicos do Maranhão, segundo as atividades econômicas do setor da agropecuária - 2014.....	14
Gráfico 8. Peso das atividades no total do Valor Adicionado da Agropecuária no Maranhão – Ano 2013 e 2014 (% do total) .....	15
Gráfico 9. Taxas de variação do índice de volume do Valor Adicionado Bruto a preços básicos do Maranhão, segundo as atividades econômicas do setor da indústria - 2014 .....	17
Gráfico 10. Peso das atividades no total do VA da Indústria no Maranhão – Ano 2013 e 2014 (% do total) .....	18
Gráfico 11. Taxas de variação do índice de volume do Valor Adicionado Bruto a preços básicos do Maranhão, segundo as atividades econômicas do setor da indústria - 2014 .....	22
Gráfico 12. Peso das atividades no total do VA de Serviços no Maranhão – Ano 2013 e 2014 (% do total) .....	23
Gráfico 13. Valor Adicionado Bruto do setor de Serviços no Maranhão – Ano 2010 a 2014.....	28

## SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	6
2	SÍNTESE DA ECONOMIA MARANHENSE EM 2014 .....	7
3	PRODUTO INTERNO BRUTO – PIB .....	9
3.1	AGROPECUÁRIA.....	14
3.2	INDÚSTRIA .....	16
3.3	SERVIÇOS.....	21
4	PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) DE 2014, SEGUNDO A ÓTICA DA RENDA..	26
5	SÉRIE RETROPOLADA DO PIB REFERENTE AOS ANOS 2002-2009, PARA A BASE DE REFERÊNCIA 2010.....	27
	NOTA METODOLÓGICA DAS CONTAS REGIONAIS – REFERÊNCIA 2010 .....	30
	REFERÊNCIAS .....	35
	GLOSSÁRIO - IBGE .....	36
	ANEXO A - Tabelas de Resultados – IBGE .....	38

# PRODUTO INTERNO BRUTO DO ESTADO DO MARANHÃO PERÍODO 2010 a 2014

## 1 INTRODUÇÃO

O IMESC apresenta, nesta publicação, os resultados definitivos do Produto Interno Bruto (PIB) dos anos 2010, 2011, 2012, 2013 e 2014, na base de referência 2010. O presente trabalho também expõe os resultados da série retropolada no período de 2002 a 2009, bem como o PIB pela ótica da renda.

Esclarece-se que os valores divulgados anteriormente, referentes a série de 2002 a 2009, se tratavam de resultados na base de referência 2002. Em virtude da atualização da nova base de referência (2010) do PIB, fundamentada pelo Manual Internacional de Contas Nacionais SNA-2008, fez-se uma retropolação com base no valor de 2010, para o período de 2002 a 2009, utilizando os índices de volume e de preço da série anterior.

Nesta publicação está sendo divulgado o resultado do PIB de 2014 e reapresentados os resultados de 2010, 2011, 2012 e 2013 de forma definitiva, com detalhamento de 18 atividades econômicas. Os resultados das Contas Regionais, assim como na base de referência 2002, são totalmente integrados ao resultado final do Sistema de Contas Nacionais.

## 2 SÍNTESE DA ECONOMIA MARANHENSE EM 2014

Com crescimento real de 3,9% em 2014, o Maranhão obteve desempenho econômico maior que o nacional (0,5%), no mesmo período. Dentre as 27 Unidades da Federação, o Maranhão obteve a 8ª posição entre os Estados com maior crescimento no país. O desempenho da economia maranhense foi resultado do crescimento real nos setores da Agropecuária (9,6%), da Indústria (7,4%) e de Serviços (1,4%).

Em 2014, as exportações maranhenses progrediram 19,4% em valor FOB, em relação a 2013. Apesar da redução de 23,4% nas exportações do Complexo Ferro (de US\$ 487,2 milhões em 2013 para US\$ 386,5 milhões em 2014), os maiores volumes embarcados de soja (de US\$ 705,1 milhões em 2013 para US\$ 741,9 milhões em 2014), alumina calcinada (de US\$ 937,4 milhões em 2013 para US\$ 983,4 milhões em 2014) e, principalmente, a entrada da pasta de celulose na pauta de exportação maranhense (US\$ 455,9 milhões em 2014) garantiram o crescimento.

Ressalta-se que, a pauta de exportações da economia maranhense apresenta concentração elevada nas *commodities* do Complexo Alumínio (35,2%), Grãos – soja, milho e algodão – (26,5%), Celulose (16,3%), Ferro (13,8%) e Ouro (2,9%), que somadas, representaram 94,7% do valor das exportações do Estado em 2014. Deste modo, o Maranhão possui elevada vulnerabilidade às oscilações da economia internacional, principalmente do nível de atividades da China e dos Estados Unidos, por serem os principais importadores das *commodities* produzidas no Estado.

Mesmo com um cenário adverso, o setor da agropecuária registrou resultado positivo em volume no ano de 2014, com o crescimento na atividade da agricultura, pecuária, produção florestal e pesca. A produção de grãos em 2014 foi de 4,124 milhões toneladas, um resultado 17,3% maior que o registrado no ano anterior.

No setor da indústria, o bom desempenho está ligado a performance positiva da produção de alumina calcinada que, entre 2013 e 2014, registrou aumento de 15,1% em quantidade exportada (Kg Líquido) e 19,9% em valor (US\$

F.O.B.). Soma-se a isso, aos resultados altistas de geração de energia termoelétrica que também foram preponderantes para o bom desempenho do setor. Em contraponto, o cenário de redução do preço das *commodities* minerais, impediu um melhor resultado para este setor, principalmente na indústria de transformação, com destaque para fabricação de alumínio. Em 2014, os elevados custos operacionais tornaram a produção de metal inviável na capital, o que ocasionou a desativação de parcela majoritária da produção de alumínio (ALUMAR).

No que se refere ao setor de Serviços, a desaceleração econômica que iniciara em 2012, tornou-se nítida ao longo de 2014. No âmbito do Comércio, tanto a performance do varejo restrito quanto do varejo ampliado foi bem inferior à registrada nos dois anos precedentes, evidenciando a deterioração da atividade comercial. O varejo restrito registrou crescimento de 5,5% no volume de vendas, menos da metade do crescimento de 2012 (11,8% contra 2011), e o varejo ampliado cresceu apenas 3%. A combinação de inflação elevada e endividamento das famílias ocasionaram um menor crescimento da demanda por uma série de serviços no Estado.

Contudo, apesar dos fatores contracionistas que incidiram sobre o setor de serviços, a atividade apresentou crescimento real de 1,4% em 2014. No caso das receitas estaduais, o aumento das Transferências Constitucionais (+3,3%) e da arrecadação do ICMS (+1,2%) abriram espaço para a elevação dos investimentos públicos, os quais compensam apenas parcialmente a desaceleração provocada pela contração do *drive* exportador. Destaca-se também a expansão do mercado de trabalho formal no Estado em 2014, com predominância nos segmentos do Comércio (5,9%) e dos Serviços (3,6%), os quais apresentaram maior dinamismo na composição do estoque dos novos empregos gerados no Maranhão.

### 3 PRODUTO INTERNO BRUTO – PIB

A soma de todas as riquezas produzidas no Maranhão atingiu o valor de R\$ 76,843 bilhões em 2014, sendo que para os anos anteriores o valor do PIB foi de R\$ 67,695 bilhões em 2013, R\$ 60,490 bilhões em 2012, R\$ 52,144 bilhões em 2011 e R\$ 46,310 bilhões em 2010.

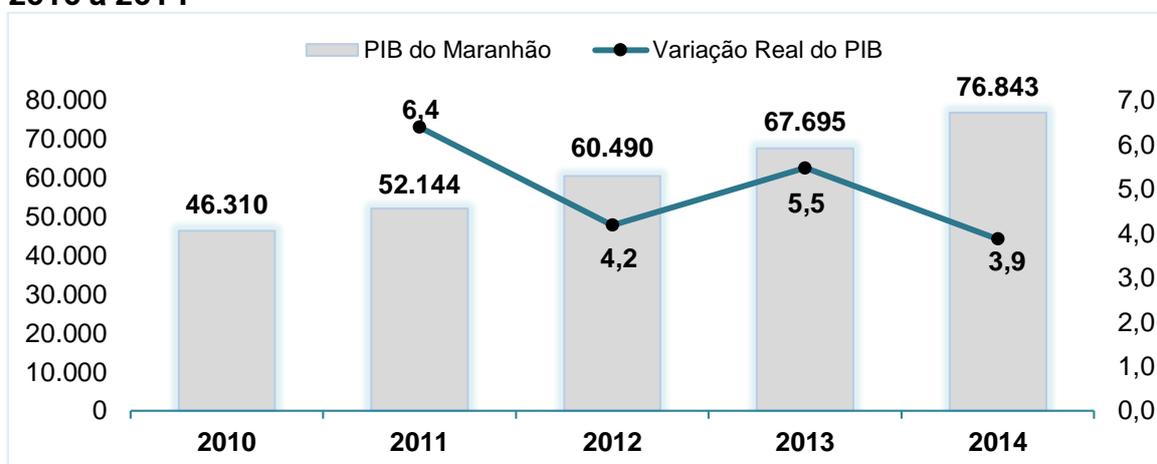
**Tabela 1. Produto Interno Bruto a preços correntes, do Brasil, Nordeste e Maranhão – Ano 2010 a 2014**

Abrangência Geográfica	Produto Interno Bruto a preços correntes (valores em R\$ 1 000 000)				
	2010	2011	2012	2013	2014
<b>Brasil</b>	3.885.847	4.376.382	4.814.760	5.331.619	5.778.953
<b>Nordeste</b>	522.769	583.413	653.067	724.524	805.099
<b>Maranhão</b>	46.310	52.144	60.490	67.695	76.842

Fonte: IBGE; IMESC

O crescimento nominal no PIB do Maranhão de R\$ 9,148 bilhões em 2014, na comparação com o ano anterior, é resultante do crescimento de 3,9% na quantidade bens e serviços finais produzidos por todas as atividades econômicas no Maranhão (índice do volume do PIB), e do crescimento de 9,3% no nível geral de preços dos bens e serviços finais produzidos no Estado (deflator implícito).

**Gráfico 1. PIB do Maranhão a preço de mercado corrente (em milhões R\$) – Ano 2010 a 2014**

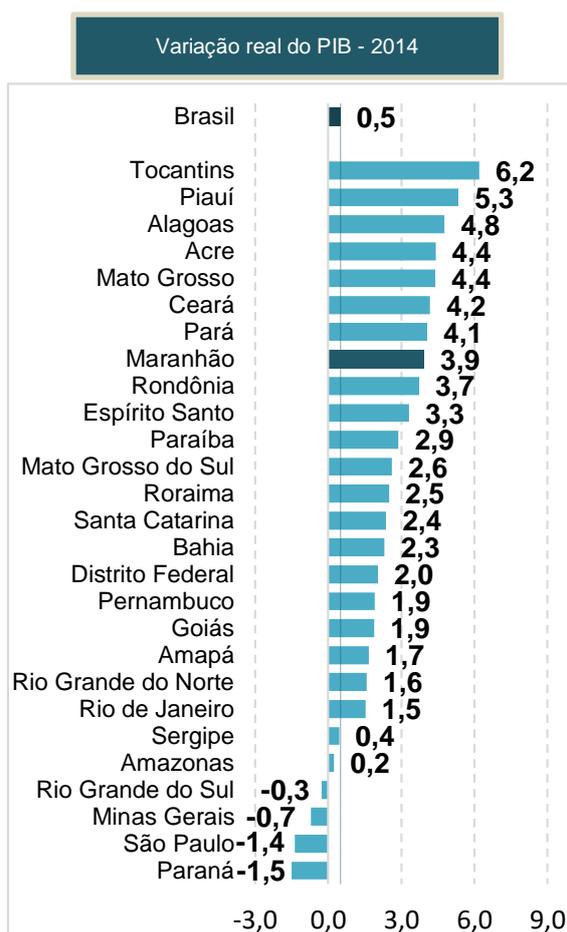


Fonte: IBGE; IMESC

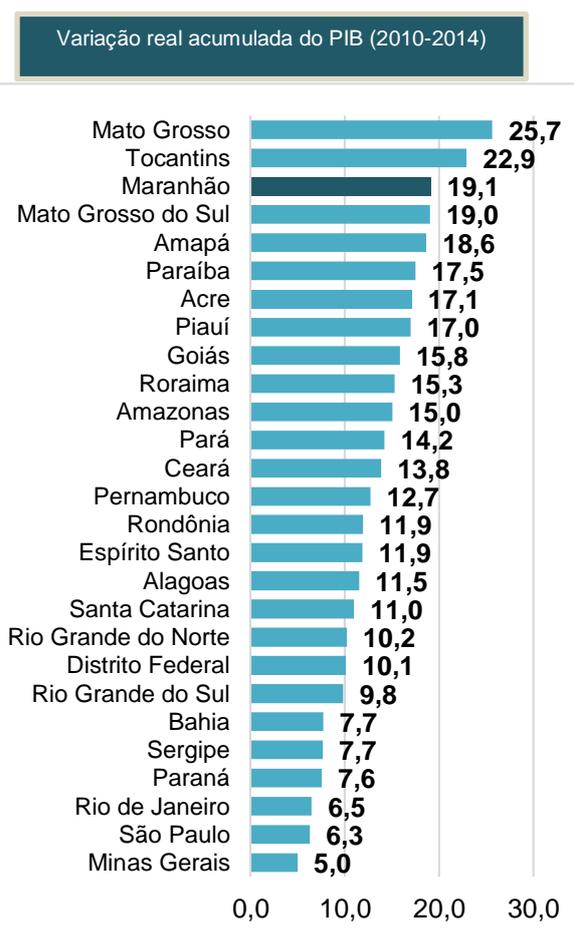
Comparando a variação real do PIB do Estado (3,9%), com a registrada no Brasil e nas demais Unidades da Federação no mesmo período, verifica-se que

o Maranhão, com crescimento acima do nacional (0,5%), ocupou a oitava colocação em índice de volume do PIB no ano de 2014 (**Gráfico 2**). O bom desempenho do Estado deve-se ao vigoroso desempenho do setor Agropecuário e da Indústria em 2014, com destaque para as atividades de Agricultura e Extração de gás natural, respectivamente.

**Gráfico 2. Variação real anual do PIB do Brasil e das Unidades da Federação no ano de 2014**



**Gráfico 3. Variação real acumulada do PIB do Brasil e das Unidades da Federação dos anos 2010 a 2014**



Fonte: IMESC; IBGE

Em relação ao resultado do PIB nacional, verificou-se que o setor terciário, com variação real de 1,0% em 2014, foi principal responsável pelo menor dinamismo econômico, tendo em vista seu elevado peso na composição. Tal desempenho foram provenientes dos estados de São Paulo e Minas Gerais, os

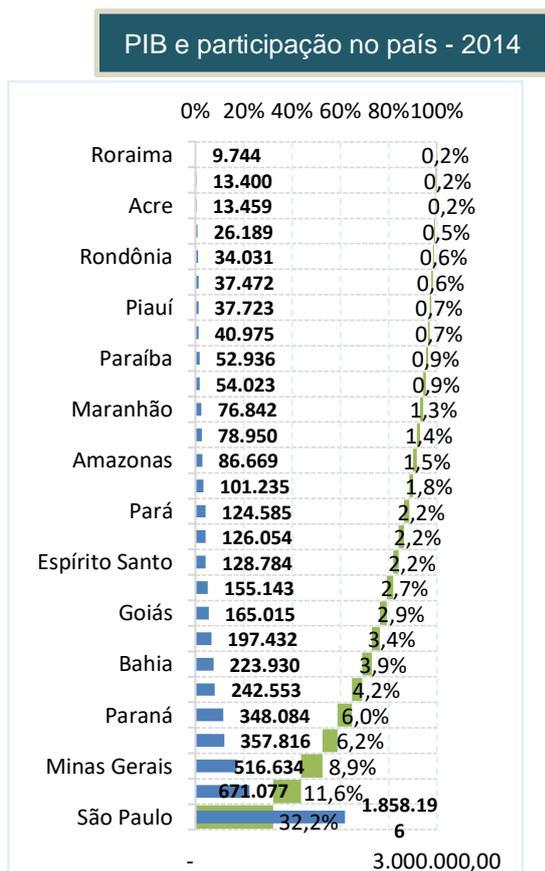
quais respondem pela maior parcela do setor no país e apresentaram variação real negativa no PIB de 1,4% e 0,7%, respectivamente.

Por outro lado, os Estados que apresentaram maior crescimento econômico em 2014, tiveram a Agropecuária como setor propulsor do crescimento real. O crescimento do setor contribuiu para atenuar a queda de 1,5% no setor da Indústria e do menor dinamismo dos Serviços no país.

Quanto ao crescimento acumulado de 2010 a 2014, o Maranhão atingiu a 1º posição entre os Estados com maior crescimento do Nordeste e manteve a 3º posição em relação ao país (**Gráfico 3**).

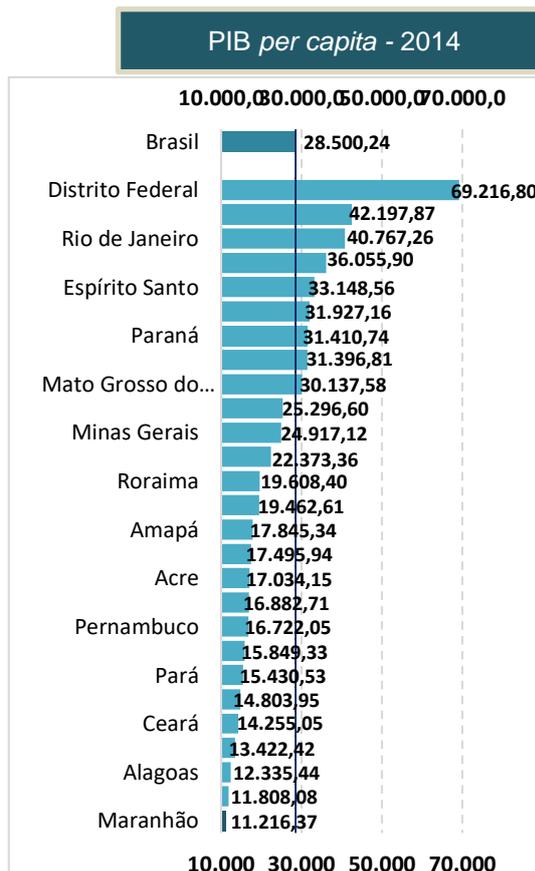
Com relação à participação do Estado no Produto Interno Bruto do Brasil, registrou-se no ano de 2014 uma participação de 1,3% (**Gráfico 4**). Para os anos anteriores essa participação foi de: 1,3% em 2013, 1,2% em 2012; 1,2% em 2011 e 1,2% em 2010.

**Gráfico 4. Produto Interno Bruto (em R\$ milhões) das Unidades da Federação (UF) e participação das UF no PIB do Brasil**



Fonte: IMESC; IBGE

**Gráfico 5. PIB per capita (R\$) do Brasil e das Unidades da Federação - 2014**



Com o valor do PIB de R\$ 76.842 bilhões em 2014 e variação nominal de R\$ 9,147 bilhões, o Maranhão não apresentou alteração no Ranking do PIB dos Estados, na comparação com o ano anterior, continuando assim, na 17ª colocação (**Gráfico 4**).

Ainda sobre o *ranking* do PIB, os Estados que ocupam a 16ª colocação (Mato Grosso do Sul) e a 18ª colocação (Rio Grande do Norte), apresentam diferença absoluta em relação ao PIB do Maranhão de R\$ 2.108 bilhões e de R\$ - 22.819 bilhões, respectivamente. Dentre os Estados do Nordeste, o Maranhão representou a 4ª posição no *ranking*.

Em relação ao peso das Unidades da Federação na composição do PIB do Brasil, destaca-se que apenas três Estados (São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais), representam mais da metade (52,7%) do PIB do país, e que os dez menores Estados (Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas, Sergipe, Piauí, Rondônia, Tocantins, Amapá, Acre, Roraima) produziram apenas 5,5% do PIB do Brasil em 2014.

O Maranhão alcançou PIB *per capita* de R\$ 11.216,37 no ano de 2014, o que representa um acréscimo nominal de R\$ 1.253,89 em relação ao obtido no ano anterior (**Gráfico 5**). Comparando o *ranking* do PIB *per capita* dos Estados, verifica-se que o Maranhão, apresentou o menor PIB *per capita* (27ª posição), com perda de uma posição na comparação com o ano anterior, na qual passou a ser ocupada pelo Piauí, cuja a diferença é de R\$ 591,72. O PIB *per capita* do Nordeste e do Brasil foram de R\$ 14.329,13 e R\$ 28.500,40, respectivamente.

Destaca-se que o crescimento real do PIB do Maranhão (3,9%) em 2014 foi maior que a taxa de crescimento populacional referente ao mesmo período (0,83%) (**Tabela 2**).

Ainda sobre a população, o Maranhão, com contingente populacional residente de 6.850.884 em 2014, ocupa a 10ª posição no *ranking* dos Estados, portanto, o território maranhense circunscreve contingente populacional maior (3,4%) que sua parcela de contribuição no PIB do país (1,3%). Com densidade demográfica de 20 habitantes por km<sup>2</sup>, o Maranhão é a Unidade da Federação com o maior percentual de pessoas residentes em áreas rurais (41,8%).

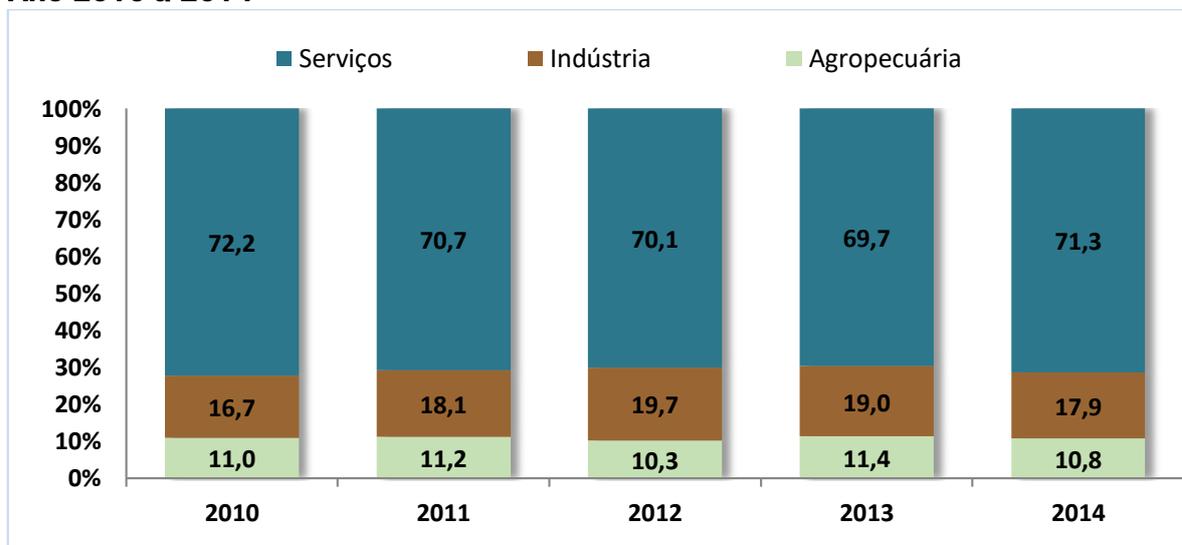
**Tabela 2. População residente e taxa geométrica de crescimento populacional do Brasil, Nordeste e Maranhão – Ano 2010 a 2014**

Abrangência Geográfica	População residente					Taxa geométrica de crescimento populacional (2010-2014)
	2010	2011	2012	2013	2014	
<b>Brasil</b>	190 747 855	192 379 287	193 946 886	201 032 714	202 768 562	1,54
<b>Nordeste</b>	53 078 137	53 501 859	53 907 144	55 794 707	56 186 190	1,43
<b>Maranhão</b>	6 569 683	6 645 761	6 714 314	6 794 301	6 850 884	1,05

Fonte: IBGE; IMESC

A participação da distribuição setorial no Valor Adicionado Bruto do Estado do Maranhão, por atividades econômicas, no ano de 2014, ficou assim distribuída: **Agropecuária 10,8%; Indústria 17,9% e Serviços 71,3%**. Comparando 2014 com o ano anterior, nota-se que o Setor de Serviços ganhou participação (+1,65 p.p.) em detrimento do Setor da Indústria (-1,03 p.p.) e da Agropecuária (-0,62 p.p.). Entretanto, confrontando a distribuição setorial do PIB no início da série (2010) com a de 2014, verifica-se que a Indústria foi o setor que mais ganhou participação, saindo de 16,7% para 17,9%, respectivamente.

**Gráfico 6. Participação das Atividades no Valor Adicionado Bruto do Maranhão – Ano 2010 a 2014**



Fonte: IBGE; IMESC

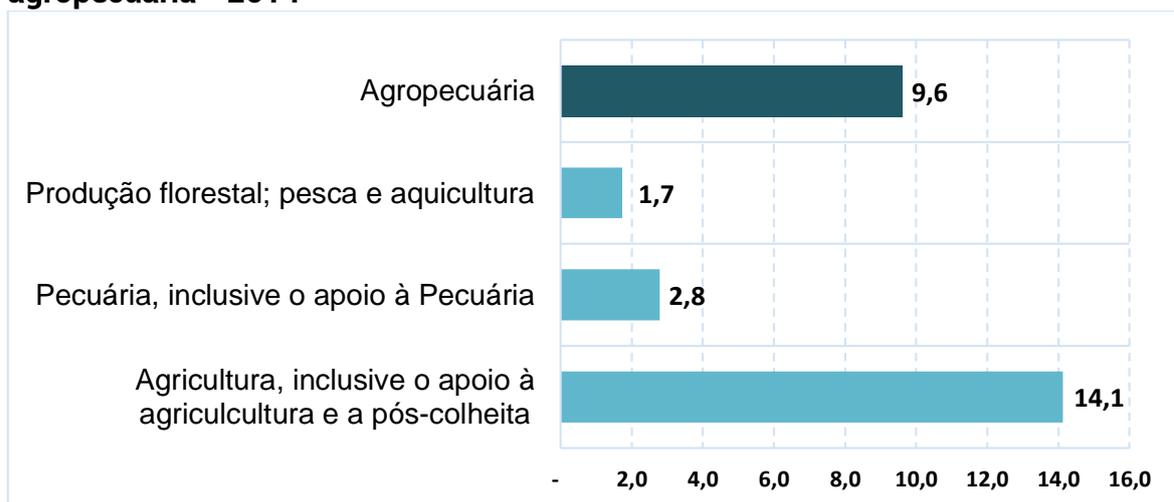
A perda de participação no setor da Indústria em 2014, deve-se a correções metodológicas e de classificação de empresas, cujo efeito recai somente sobre o índice de preços, preservando o crescimento real (índice de

volume). Em virtude disso, apesar do setor de terciário ter apresentado menor crescimento que o secundário, houve ganho de participação em virtude de o índice de preço ser maior.

### 3.1 AGROPECUÁRIA

A agropecuária foi a atividade que registrou o maior crescimento real em 2014 (+9,6%). Teve como destaque a Agricultura (+14,1%) muito em função do desempenho do cultivo de cereais (+14,2%) e do cultivo de soja (+17,5%). Na Pecuária, com crescimento real de 2,8%, o destaque ficou por conta do resultado positivo na criação de suínos (+7,8%) e na criação de aves (+6,1%). Ademais, a Produção florestal, pesca e aquicultura com elevação de 1,7% em 2014 também contribuiu para o resultado da agropecuária.

**Gráfico 7. Taxas de variação do índice de volume do Valor Adicionado Bruto a preços básicos do Maranhão, segundo as atividades econômicas do setor da agropecuária - 2014**

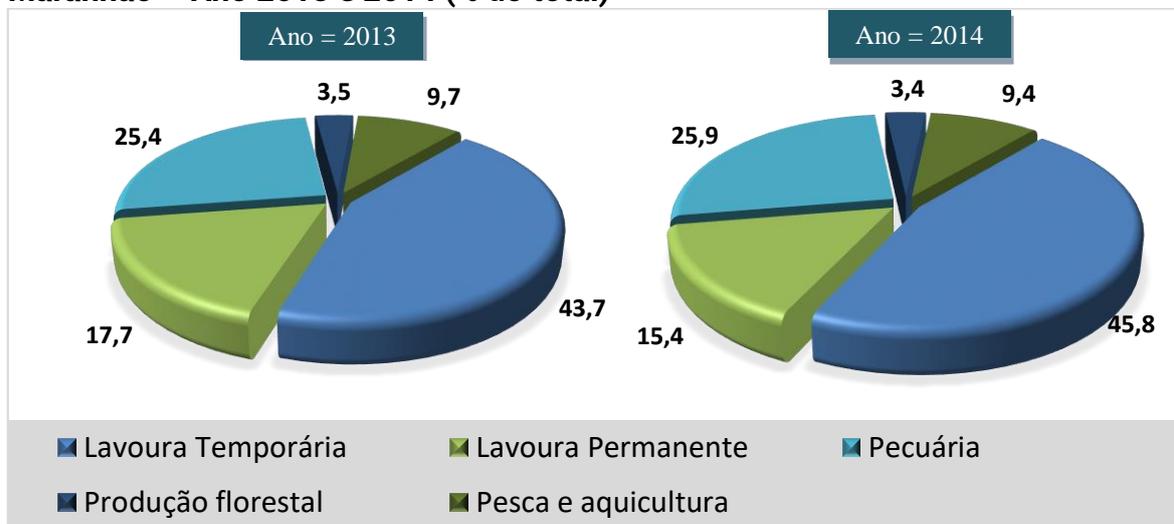


Fonte: IBGE; IMESC

Os pesos das atividades econômicas do setor da agropecuária ficaram assim distribuídos em 2014: Lavoura Temporária 45,8%, Lavoura Permanente 15,4%, Produção Florestal 3,4%, Pecuária 25,9% e Pesca e aquicultura 9,4%. Comparando estes resultados com o ano anterior (2013), verifica-se que a Lavoura Temporária apresentou o maior ganho de participação (2,1 p.p.), em detrimento da

Lavoura permanente, que foi a atividade que mais perdeu participação (-2,3 p.p.) no VA da agropecuária no Estado.

**Gráfico 8. Peso das atividades no total do Valor Adicionado da Agropecuária no Maranhão – Ano 2013 e 2014 (% do total)**



Fonte: IBGE; IMESC

Atividades econômicas e o respectivo Valor Adicionado Bruto a Preço Básico no **Setor da Agropecuária**:

**Tabela 3. Valor Adicionado Bruto do setor da Agropecuária no Maranhão – Ano 2010 a 2014**

Atividades Econômicas	Valor Adicionado Bruto (R\$ milhões)				
	2010	2011	2012	2013	2014
AGROPECUÁRIA	4.538	5.142	5.439	6.835	7.384
Agricultura, inclusive o apoio à agricultura e a pós-colheita	2.809	3.104	3.267	4.202	4.523
Pecuária, inclusive o apoio à Pecuária	1.262	1.383	1.487	1.734	1.913
Produção florestal; pesca e aquicultura	466	655	685	899	948

Fonte: IBGE; IMESC

Considerando o **Setor da Agropecuária**, destaca-se os principais fatores que ocasionaram as variações em volume e em participações no Valor Adicionado Bruto das atividades econômicas do setor.

Na **atividade da agricultura, inclusive o apoio à agricultura a pós-colheita**, o crescimento em volume de 14,1%, foi ocasionado por:

- Na Lavoura Temporária maranhense, as culturas de maior peso apresentaram aumento na produção em relação ao ano anterior: de soja (+18,6%)

e mandioca (+22,2%). A quantidade produzida de soja saiu de 1.581.687 t em 2013 para 1.875.792 t em 2014. No cultivo da mandioca, a produção se elevou de 1.325.328 t em 2013 para 1.619.342 t em 2014.

- Na Lavoura Permanente, os cultivos mais representativos são: a Banana e Coco-da-baía. A produção de coco-da-baía registrou aumento de 2,4% na produção quando comparado ao ano anterior (saiu de 8.949 frutos em 2013 para 8.697 frutos em 2014), enquanto que a quantidade produzida da banana reduziu 1,7% em 2014 (saiu de 102.974 ton em 2013 para 101.258 ton em 2014).

Na **pecuária, inclusive o apoio à Pecuária**, o crescimento em volume de 2,8%, foi ocasionado pelo:

- Aumento de 1,9% no efetivo de bovino (o número de cabeças bovinas saiu de 7.611.324 cabeças em 2013 para 7.758.324 em 2014). Outro fator que contribuiu para o crescimento da pecuária foi a certificação do Maranhão como Zona Livre da Aftosa com vacinação novamente em 2014, resultando na elevação de 34,0% no preço da arroba do Boi gordo (saiu de R\$ 98,79 em dezembro de 2013 para R\$ 132,39 em dezembro de 2014).
- Em relação ao efetivo de suínos no Estado, registrou-se redução de 0,8% em 2014. Foram registradas 1.233.492 cabeças em 2013, ante 1.223.787 cabeças em 2014.

Na **Produção florestal; pesca e aquicultura**, o crescimento em volume de 1,7%, foi ocasionado pelo:

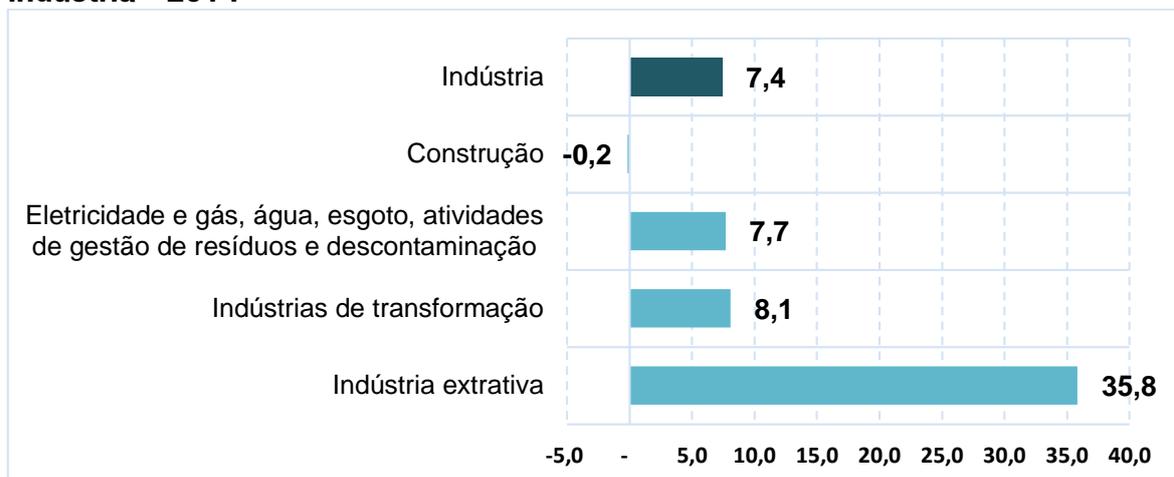
- Aumento na produção da atividade de aquicultura (4,8%), que saiu de 17.006.301 ton em 2013 para 17.821.074 ton em 2014.
- Na atividade de silvicultura, destaca-se o aumento na quantidade produzida de carvão vegetal (18,9%), o qual registrou produção de 535.086 ton em 2014, contra 312.296 ton em 2013.

### 3.2 INDÚSTRIA

O setor da indústria, com volume de 7,4%, participou com 17,9% do total do valor adicionado bruto do Estado em 2014 contra 16,7% em 2010. A indústria

Extrativa, com variação real de 35,8% em relação ano anterior, influenciou para o crescimento de 7,4%, em especial a atividade de Extração de gás. Já a atividade econômica de Transformação, que também influenciou o resultado, apresentou variação real de 8,1% em 2014, destacando-se atividade de Metalurgia.

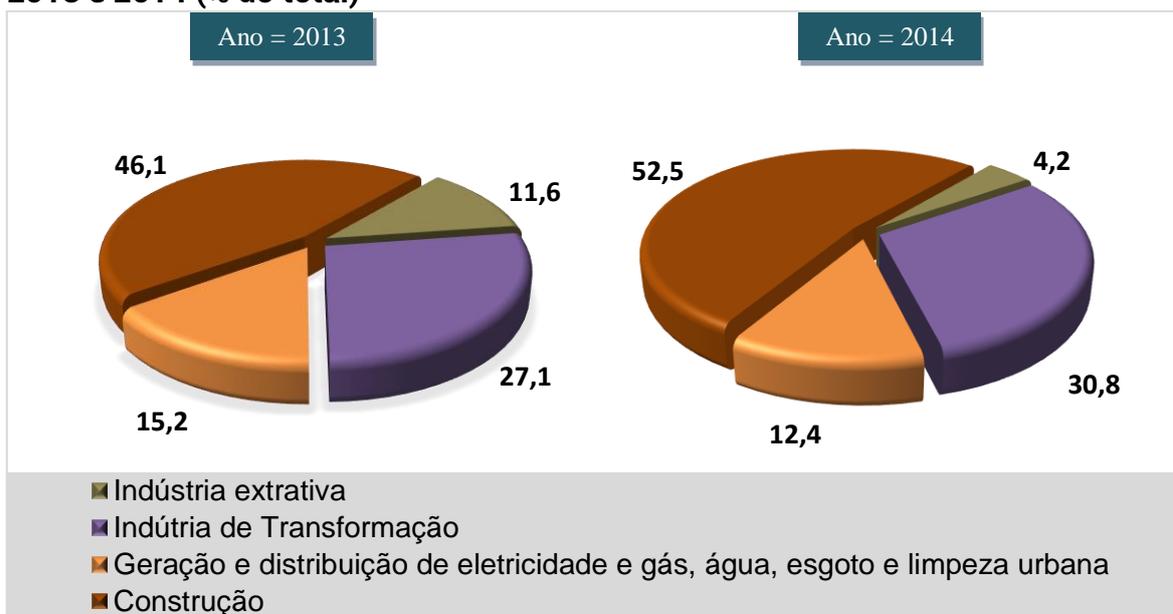
**Gráfico 9. Taxas de variação do índice de volume do Valor Adicionado Bruto a preços básicos do Maranhão, segundo as atividades econômicas do setor da indústria - 2014**



Fonte: IBGE; IMESC

Os pesos das atividades econômicas do Setor da Indústria ficaram assim distribuídos: Indústria de Transformação 30,8%, Construção Civil 52,5%, SIUP 12,4% e a Extrativa Mineral 4,2%. Comparando estes resultados com o ano anterior (2013), verifica-se que a Construção apresentou o maior ganho de participação (6,4 p.p.), em detrimento da Extrativa, que foi a atividade que mais perdeu participação (-7,4 p.p.) no VA da Indústria no Estado.

**Gráfico 10. Peso das atividades no total do VA da Indústria no Maranhão – Ano 2013 e 2014 (% do total)**



Fonte: IBGE; IMESC

Atividades econômicas e o respectivo Valor Adicionado Bruto a Preço Básico no **Setor da Indústria**:

**Tabela 4. Valor Adicionado Bruto do setor da Indústria no Maranhão – Ano 2010 a 2014**

Atividades Econômicas	Valor Adicionado Bruto (R\$ milhões)				
	2010	2011	2012	2013	2014
<b>INDÚSTRIA</b>	6.883	8.304	10.423	11.377	12.285
Indústria extrativa	817	1.141	971	1.320	517
Indústrias de transformação	1.500	1.917	2.830	3.084	3.789
Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	851	1.109	1.677	1.725	1.525
Construção	3.715	4.137	4.945	5.249	6.453

Fonte: IBGE; IMESC

Considerando o **Setor da Indústria**, destacam-se os principais fatores que ocasionaram as variações em volume e em participações no Valor Adicionado Bruto das atividades econômicas do setor.

Na **Indústria Extrativa Mineral**, o crescimento de 35,8% no volume foi ocasionado pela atividade de extração de gás natural, que segundo os dados da Agência Nacional de Petróleo – ANP, a produção do Maranhão em 2014 foi de 1.963.242 mil m<sup>3</sup>, um resultado 39% superior ao registrado em 2013 (1.403.155 mil m<sup>3</sup>).

Quando observada a participação da Indústria Extrativa Mineral, houve perda de 7,4% em 2014 em relação a 2013. Tal fato deve-se a correção metodológica que foi padronizada a nível nacional, na qual deixa de somar as quantidades em BEP de petróleo extraído e de gás natural disponível e passar a incorporar a ponderação dos produtos gás e petróleo para construção do indicador de rateio do resultado produzido pelas Contas Nacionais. Deste modo, a correção do ajuste recai sobre o índice de preço e preserva o índice de volume. Como resultado, o Valor adicionado da atividade (R\$ 517 milhões) em 2014 foi inferior ao registrado em 2013 (R\$ 1.320 bilhões).

Além do ajuste metodológico, algumas atividades apresentaram baixo desempenho em 2014, são elas:

- Extração e pelotização de minério de ferro e Extração de minerais metálicos não-ferrosos, com destaque para a extração de ouro que reduziu 0,6% sua quantidade exportada.
- A atividade Extração de minerais metálicos não-ferrosos, também foi impactada pela diminuição do preço das *commodities* no mercado internacional. Segundo os dados da Secretaria de Comércio Exterior, a quantidade de Alumínio não ligado em forma bruta exportada pelo Estado, caiu de 46.071.358 mil ton em 2013 para 76.225 ton em 2014.

A **Indústria de Transformação**, apresentou crescimento de 8,1% em volume e de 3,7% em participação no ano de 2014, cujos os principais fatores responsáveis pelas variações na foram:

- A Fabricação de produtos alimentícios e a Fabricação de bebidas possuem elevado peso na composição do VA da Indústria de Transformação do Estado e registraram bom desempenho. O bom desempenho dessas indústrias, pode ser confirmado pelos dados obtidos através pela Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), no qual registrou aumento do número de empregos formais na Fabricação de produtos alimentícios, de 5.581 em 2013 para 6.092 em 2014, e na Fabricação de bebidas de 3.203 em 2013 para 3.356 em 2014.

- As atividades Metalurgia, Fabricação de calçados e artefatos de couro; Fabricação de produtos químicos; Fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos; Fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos; Fabricação de caminhões, ônibus, carrocerias e reboques e Fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores, são destacadas como atividades que contribuíram positivamente para o crescimento em volume dessa atividade em 2014.

A **Indústria de produção e Distribuição de Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação (SIUP)**, registrou crescimento real de 7,7% em 2014. Os principais fatores responsáveis pelo crescimento nessa atividade foram:

- A Geração, Transmissão, Distribuição e Consumo de Energia Elétrica foi a atividade que mais cresceu no SIUP. O Estado produziu 1.087 MW de energia hidrelétrica na Usina de Estreito, 360 MW na Usina Termelétrica do Itaqui, 330 MW na Termelétrica Gera Maranhão e 1.425 MW nas termelétricas do Complexo Parnaíba.
- Quanto ao serviço de distribuição de energia, os dados da Companhia Energética do Maranhão – CEMAR, mostram que o consumo de energia elétrica no Estado aumentou de 5.206 Gwh em 2013 para 5.591 Gwh em 2014.

Apesar do crescimento, a atividade apresentou diminuição na participação do Valor Adicionado Bruto do setor da Indústria no Estado, de 15,2% em 2013 para 12,4% em 2014, em virtude do ajuste de preços. A atividade foi impactada negativamente pela prática do congelamento de preços na tarifa repassada ao consumidor (medida adotada pelo Governo Federal), que ocasionou um custo maior as distribuidoras devido a aquisição de energia mais cara (aumento no seu Consumo Intermediário). Tal prática resultou em um Valor adicionado da atividade (R\$ 1.525 bilhões) inferior ao registrado em 2013 (R\$ 1.725 bilhões).

A **Indústria de Construção** é a atividade de maior peso no setor da Indústria do Maranhão e apresentou variação real negativa de 0,2% em 2014. O desempenho

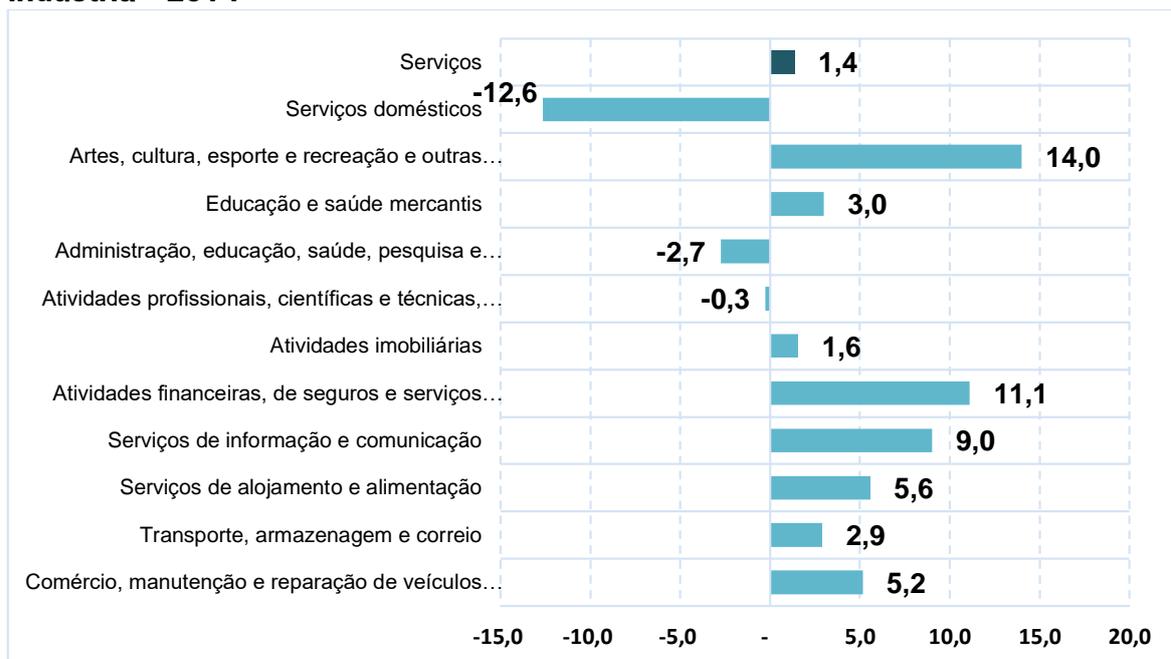
negativo foi influenciado pelas atividades Obras de Infraestrutura e Serviços especializados para Construção que tiveram um menor dinamismo em 2014. Tal informação é corroborada através dos dados da RAIS, na qual registou queda no número de empregos formais em Obras de Infraestrutura (-5,1%) e Serviços especializados para Construção (-18,1%).

No que se refere à participação, a atividade apresentou ganho de 6,4% no Valor Adicionado Bruto do setor da Indústria em 2014. O ganho de participação ocorreu em decorrência do índice de preço maior que o aferido nas demais atividades do setor, no qual elevou o Valor Adicionado da indústria de Construção de R\$ 5.249 bilhões em 2013 para R\$ 6.453 bilhões em 2014.

### **3.3 SERVIÇOS**

O setor de serviços, com volume de 1,4% em seu valor adicionado, participou, em 2014, com 71,3% do valor adicionado bruto estadual. As atividades que mais contribuíram para este resultado, considerando o peso em relação ao valor adicionado bruto foram: Comércio (+5,2%) e Atividades imobiliárias (+1,6%). A atividade com maior crescimento foi Artes, cultura, esporte e recreação e outros serviços com volume de 14,0%. Já as atividades de Serviços domésticos apresentaram queda em volume de 12,6%.

**Gráfico 11. Taxas de variação do índice de volume do Valor Adicionado Bruto a preços básicos do Maranhão, segundo as atividades econômicas do setor da indústria - 2014**

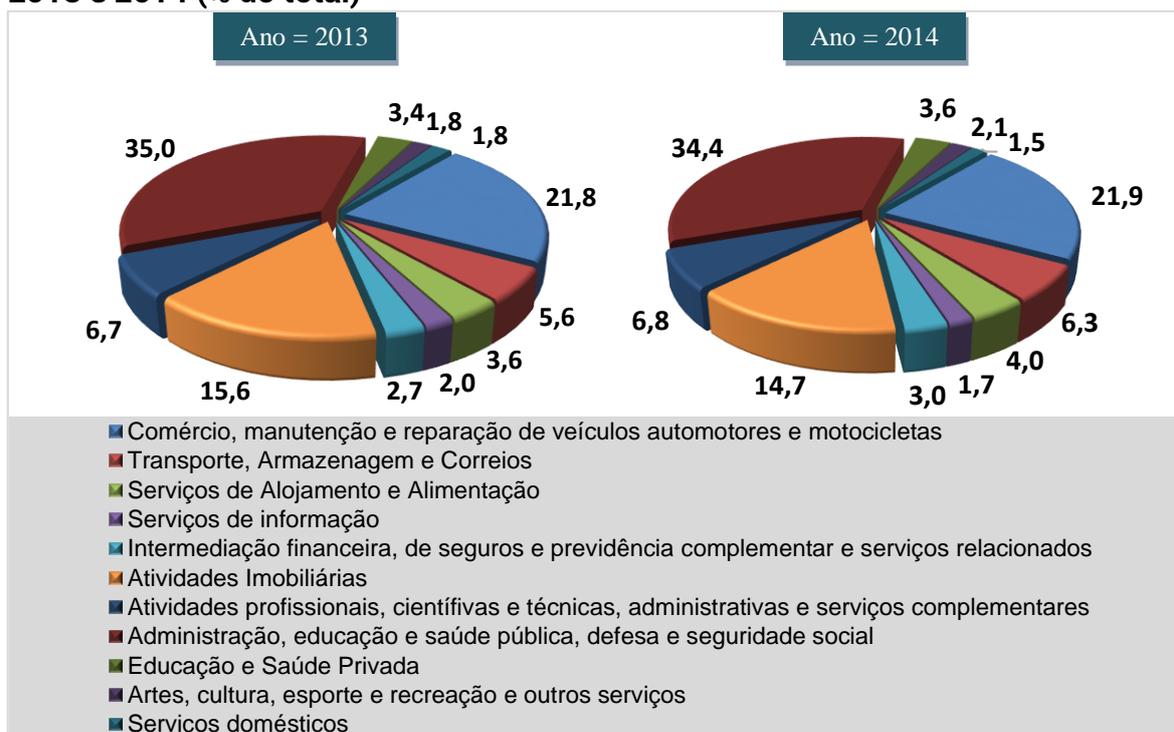


Fonte: IBGE; IMESC

Os pesos das atividades econômicas do setor de Serviços ficaram assim distribuídos: Administração, educação e saúde pública, defesa e seguridade social (34,4%), Comércio, manutenção e reparação de veículos automotores e motocicletas (21,9%), Atividades Imobiliárias (14,7%), Atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares (6,8%), Transporte, Armazenagem e Correios (6,3%), Serviços de Alojamento e Alimentação (4,0%), Educação e Saúde Privada (3,6%), Intermediação financeira, de seguros e previdência complementar e serviços relacionados (3,0%), Artes, cultura, esporte e recreação e outros serviços (2,1%), Serviços de informação (1,7%) e Serviços domésticos (1,5%).

Comparando estes resultados com o ano anterior (2013), verifica-se que a Atividade Transporte, Armazenagem e Correios foi a que apresentou maior ganho de participação (0,6 p.p.), em detrimento, principalmente, dos serviços de Atividades imobiliárias (-0,9 p.p.) e de Administração, educação e saúde pública, defesa e seguridade social (-0,5 p.p.), que foram as atividades que mais perderam participação no VA do setor de Serviços no Estado.

**Gráfico 12. Peso das atividades no total do VA de Serviços no Maranhão – Ano 2013 e 2014 (% do total)**



Fonte: IBGE; IMESC

Atividades econômicas e seus respectivos Valor Adicionado Bruto a Preço Básico no **Setor de Serviços**:

**Tabela 5. Valor Adicionado Bruto do setor de Serviços no Maranhão – Ano 2010 a 2014**

Atividades Econômicas	Valor Adicionado Bruto (R\$ milhões)				
	2010	2011	2012	2013	2014
<b>SERVIÇOS</b>	29.690	32.441	37.123	41.817	48.897
Comércio, manutenção e reparação de veículos automotores e motocicletas	7.192	6.942	8.139	9.131	10.727
Transporte, armazenagem e correio	1.843	2.377	2.439	2.348	3.060
Serviços de alojamento e alimentação	1.162	1.303	2.049	1.491	1.956
Serviços de informação e comunicação	549	600	613	826	837
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	824	859	957	1.113	1.468
Atividades imobiliárias	4.183	4.454	4.592	6.524	7.190
Atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares	1.762	2.180	2.800	2.810	3.337
Administração, educação, saúde, pesquisa e desenvolvimento públicas, defesa, seguridade social	10.458	11.763	13.148	14.623	16.838
Educação e saúde mercantis	745	904	1.177	1.416	1.751
Artes, cultura, esporte e recreação e outras atividades de serviços	516	558	665	770	1.014
Serviços domésticos	457	500	544	765	718

Fonte: IBGE; IMESC

O **Setor de Serviços**, considerando suas principais atividades econômicas, apresentou os seguintes crescimentos em volume e participações no Valor Adicionado Bruto:

**Comércio, Manutenção e Reparação:** Apresentou crescimento em volume de 5,2% em 2014 e registrou ganho de 0,1 ponto percentual na participação do Valor Adicionado Bruto do setor de Serviços (saiu de 21,8% em 2013 para 21,9% em 2014). Um dos fatores que corroboram a expansão na atividade, foi o desempenho do volume de vendas no varejo restrito e ampliado, divulgados pelo IBGE, os quais registraram índices de 5,5% e 3,0%, respectivamente;

**Artes, cultura, esporte e recreação:** Apresentou crescimento em volume de 14,0% e ganhou 0,2 p.p. de participação no Valor Adicionado Bruto do setor de Serviços em 2014 (saiu de 1,8% em 2013 para 2,1% em 2014).

**Serviços de Alojamento e Alimentação:** em 2014, apresentou crescimento em volume de 5,6% e registrou aumento de 0,4 p.p. na participação do Valor Adicionado Bruto do setor de Serviços (saiu de 3,6% em 2013 para 4,0% em 2014). A boa performance dessa atividade, pode ser confirmada pelas informações obtidas através da RAIS, na qual registrou aumento de 3,8% no número de empregos formais, que passou de 17.331 em 2013 para 17.985 em 2014;

**Transportes, Armazenagem e Correio:** Apresentou crescimento em volume de 2,9% em 2014 e registrou ganho de 0,6% na participação do Valor Adicionado do setor de Serviços (saiu de 5,6% em 2013 para 6,3% em 2014);

**Serviços de Informação e Comunicação:** Apresentou crescimento em volume de 9,0% em 2014, no entanto, houve perda de 0,3 pontos percentuais na participação do Valor Adicionado Bruto do setor de Serviços (saiu de 2,0% em 2013 para 1,7% em 2014). Tal expansão pode ser constatada através das informações da Agência Nacional de Telecomunicações-ANATEL, na qual registrou aumento de 29,7% no número de acessos a telefonia fixa (saindo de 84.097 acessos em 2013 para 109.110 em 2014).

**Atividades Financeiras, Seguros e Previdência Complementar:** Apresentou crescimento em volume de 11,1% em 2014 e registrou aumento de 0,3 p.p. na participação do Valor Adicionado Bruto do setor de Serviços (saiu de 2,7% em 2013 para 3,0% em 2014);

**Atividades profissionais, científicas:** Apresentou variação real negativa de -0,3% em 2014 e registrou ganho de 0,1 p.p. na participação do Valor Adicionado Bruto do setor de Serviços (saiu de 6,7% em 2013 para 6,8% em 2014);

**Atividades Imobiliárias e Aluguel:** Em 2014, apresentou crescimento em volume de 1.6% e perda de 0.9 p.p. na participação no Valor Adicionado Bruto de Serviços (saiu de 15,6% em 2013 para 14,7% em 2014). O desempenho negativo pode ser confirmado através dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios-PNAD (IBGE), que revelam a queda de 5,5% nos imóveis alugados em 2014 (saiu de 181 mil domicílios particulares permanentes alugados em 2013 para 171 mil em 2014);

**Administração, Saúde e Educação Públicas:** Apresentou em 2014 variação real negativa de 2,7% e registrou diminuição 0,5 p.p. na participação do Estado do Maranhão no Valor Adicionado Bruto do setor de Serviços (saiu de 35,0% em 2013 para 34,4% em 2014).

**Saúde e Educação Mercantis:** Apresentou crescimento em volume de 3,0% em 2014 e registrou aumento de 0,2 p.p. na participação no Valor Adicionado Bruto de Serviços (saiu de 3,4% em 2013 para 3,6 em 2014). O bom desempenho da atividade pode ser confirmado, segundo os dados Secretaria de Educação do Maranhão - SEDUC-MA e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais-INEP, pelo aumento de 6,2% no número de matrículas da Educação Básica Mercantil, que passou de 215.822 matrículas em 2013 para 229.145 em 2014. Além disso, ressalta-se que o número de matrículas no Ensino Superior Mercantil cresceu 15% entre os referidos anos, com destaque para os cursos da área de tecnóloga, cuja taxa de crescimento foi de 21,5% entre 2013 e 2014, o que representa um total de 1.010 matrículas.

**Serviços Domésticos:** Apresentou variação real negativa de 12,6% e perda de 0,4 p.p. na participação no Valor Adicionado Bruto de Serviços em 2014 (saiu de 1.8% em 2013 para 1,5 em 2014). A má performance da atividade pode ser confirmada, segundo os dados obtidos a PNAD (IBGE), pelo decréscimo de 10,9% no número de trabalhadores domésticos em relação ao ano anterior (foram registradas 156 mil pessoas ocupadas em 2014, contra 175 mil de 2013).

#### **4 PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) DE 2014, SEGUNDO A ÓTICA DA RENDA**

O Produto Interno Bruto pela ótica da renda, representa a soma dos valores da remuneração dos fatores de produção envolvidos no processo produtivo da economia em um determinado período, deste modo, são componentes: a) O total das remunerações, em dinheiro ou em bens e serviços, pagos por uma empresa a um empregado em troca do trabalho despendido em determinado período; b) os impostos sobre a produção líquidos de subsídios, que o Governo deduz da produção; c) e o Excedente Operacional Bruto ou Rendimento Misto, que remunera os ativos utilizados pelas unidades empresariais ou pelas famílias produtoras.

Considerando os resultados em 2014, segundo a ótica da renda, a repartição dos componentes foi de 42,9% para a remuneração do trabalho, 45,9% de Excedente Operacional Bruto (EOB) mais Rendimento Misto (RM) e 11,2% referente aos Impostos sobre a produção.

Avaliando o período de 2010 a 2014, observa-se que a remuneração do trabalho se manteve sempre menor em comparação a renda apropriada pelo capital (Excedente Operacional Bruto – EOB, mais Rendimento Misto – RM).

**Tabela 6. Produto Interno Bruto pela Ótica da Renda, Pessoas Ocupadas e relação PIB por pessoal ocupado - Anos 2010 – 2014**

Descrição do Agregado	2010		2011		2012		2013		2014	
	R\$ milhões	%								
Valor Adicionado	41.111	88,8	45.887	88,0	52.984	87,6	60.029	88,7	68.566	89,2
Remuneração	19.615	42,4	22.468	43,1	25.466	42,1	29.398	43,4	32.995	42,9
Salários	15.626	33,7	17.872	34,3	20.339	33,6	23.560	34,8	26.427	34,4
Contribuição social	3.003	6,5	3.522	6,8	3.974	6,6	4.616	6,8	5.131	6,7
Contribuição social Imputada	986	2,1	1.075	2,1	1.154	1,9	1.223	1,8	1.437	1,9
Impostos sobre a produção	5.530	11,9	6.465	12,4	7.751	12,8	7.894	11,7	8.600	11,2
Impostos sobre produto, líquidos de subsídios	5.199	11,2	6.257	12,0	7.506	12,4	7.666	11,3	8.276	10,8
Outros imp. sobre a prod., líquidos de subsídios	332	0,7	208	0,4	245	0,4	228	0,3	325	0,4
EOB	13.735	29,7	15.025	28,8	14.771	24,4	21.301	31,5	24.165	31,4
Rend. Misto	7.430	16,0	8.186	15,7	12.501	20,7	9.102	13,4	11.081	14,4
PIB	46.310	100,0	52.144	100,0	60.490	100,0	67.695	100,0	76.842	100,0

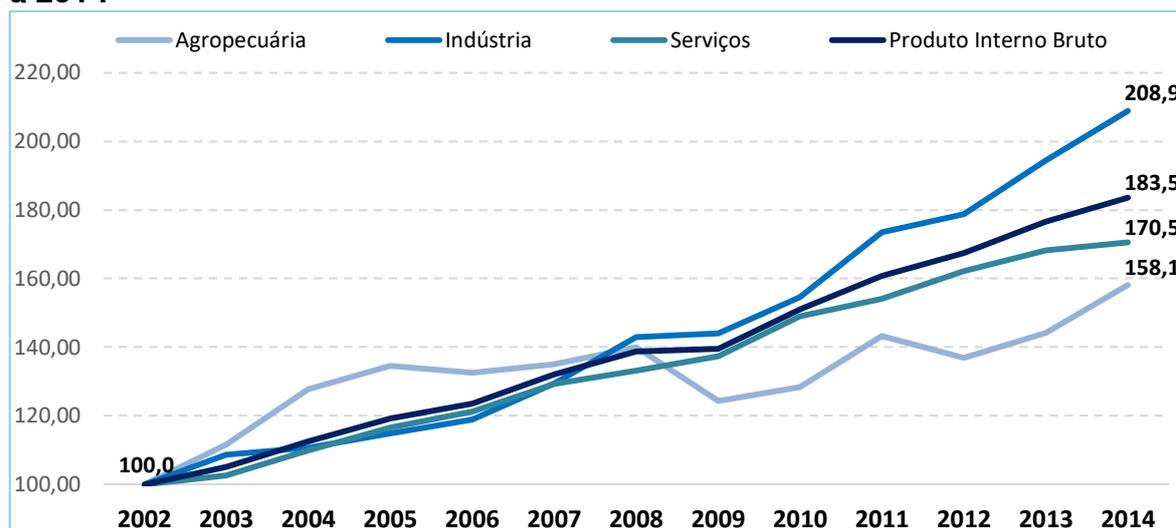
Fonte: IBGE; IMESC

## 5 SÉRIE RETROPOLADA DO PIB REFERENTE AOS ANOS 2002-2009, PARA A BASE DE REFERÊNCIA 2010

O crescimento real do PIB maranhense no período de 2002 a 2006, foi 5,4% ao ano. No período de 2006 a 2010 e de 2010 a 2014, o crescimento médio real anual foram 5,2% e 5,0%, respectivamente. Deste modo, considerando o intervalo de quatro anos, verificou-se decaimento de 0,2 pontos percentuais na taxa de crescimento do PIB a cada quadriênio.

Considerando a taxa de crescimento acumulada do PIB e dos setores Primário, Secundário e Terciário (**Gráfico 13**), verifica-se que o crescimento da economia maranhense no período 2002-2005 foi dinamizado principalmente pelo setor primário, entretanto, em virtude de resultados negativos a partir de 2006 ocorridos em intervalos trienais na agropecuária, o setor registrou crescimento médio inferior ao do PIB.

**Gráfico 13. Valor Adicionado Bruto do setor de Serviços no Maranhão – Ano 2010 a 2014**



Fonte: IBGE; IMESC

O setor da Indústria, por sua vez, com crescimento médio anual de 4,4% no período 2002-2006, apresentou desempenho inferior que a média da economia no mesmo período, entretanto, após esse período o crescimento indústria (7,3%) foi superior aos demais setores da economia.

Quanto ao setor de serviços, considerando seu elevado peso na composição do Valor Adicionado, o desempenho foi análogo ao do PIB, contudo, o ano de 2014 foi o que registrou maior distanciamento entre o desempenho do setor em comparação ao PIB.

**Tabela 7. Variação real acumulada do PIB e do Valor Adicionado por atividade econômica. Série retropolada – Anos 2002 a 2014**

ANO	Agropecuária	Indústrias extrativas	Indústrias de transformação	Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	Construção	Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas	Transporte, armazenagem e correio	Alojamento e alimentação	Informação e comunicação	Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	Atividades imobiliárias	Serviços prestados às empresas	Administração, educação, saúde, pesquisa e desenvolvimento públicos, defesa, segurança social	Educação e saúde privadas	Outros serviços	Valor Adicionado Bruto	Produto Interno Bruto
2002	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
2003	111,7	121,1	118,9	105,0	101,1	100,0	91,1	105,8	110,9	102,7	102,5	104,5	104,9	104,9	101,2	104,9	105,0
2004	127,7	124,2	129,4	110,5	93,1	110,3	103,1	122,4	127,9	109,9	107,7	111,6	107,9	111,6	121,8	112,4	112,6
2005	134,6	126,4	133,2	117,6	97,2	126,8	105,9	130,2	132,5	121,7	110,6	127,1	110,0	116,1	125,1	118,7	119,2
2006	132,5	125,7	135,5	122,6	104,7	133,5	109,2	124,3	132,2	134,7	116,1	135,5	115,1	109,1	126,1	122,5	123,5
2007	135,0	193,6	142,6	142,1	109,9	151,2	111,4	116,4	138,6	164,5	124,7	151,1	117,4	112,6	133,3	130,6	132,1
2008	140,0	231,6	144,2	140,7	141,1	160,9	121,5	118,7	151,5	187,8	129,7	160,1	115,4	109,6	134,4	136,5	138,7
2009	124,3	239,8	140,4	155,5	142,7	159,9	115,0	125,7	127,0	205,0	138,2	165,8	121,6	110,0	152,0	137,3	139,6
2010	128,3	352,7	141,6	169,0	145,6	188,3	129,2	127,9	135,5	225,9	143,3	179,2	129,7	105,1	136,7	147,9	151,0
2011	143,3	435,6	186,5	161,9	153,7	195,8	141,6	138,8	151,9	239,1	145,2	202,4	130,8	114,9	124,2	156,5	160,8
2012	136,8	471,0	195,4	174,5	153,0	203,8	154,3	156,9	169,5	251,2	154,4	227,0	132,8	127,1	131,5	162,2	167,5
2013	144,2	342,9	206,9	277,1	153,9	211,7	142,0	160,0	196,7	283,6	158,8	258,1	136,0	131,7	148,2	170,2	176,7
2014	158,1	465,7	223,6	298,5	153,7	222,7	146,1	168,9	214,4	315,0	161,3	257,5	132,2	135,6	149,3	176,1	183,5

Fonte: IBGE; IMESC

## NOTA METODOLÓGICA DAS CONTAS REGIONAIS – REFERÊNCIA 2010

A divulgação da série das Contas Regionais do Brasil – referência 2010 dá continuidade ao projeto de implantação do Sistema de Contas Nacionais – referência 2010. A nova série permitiu a atualização de classificações e conceitos, incorporação de novas fontes de dados e a definição de novas estruturas de referência.

A implantação da série referência 2010, em substituição à série referência 2002, foi facilitada pela manutenção dos marcos de referência dos valores correntes, as pesquisas econômicas estruturais anuais do IBGE (Pesquisa Industrial Anual – Empresa, PIA Empresa, a Pesquisa Anual da Indústria da Construção – PAIC, a Pesquisa Anual de Comércio – PAC e a Pesquisa Anual de Serviços – PAS). Entretanto, em relação à série anterior, destacaram-se as seguintes mudanças:

- i) Adoção de nova classificação de atividades integradas com a Classificação de Atividades Econômicas - CNAE 2.0;
- ii) Introdução dos resultados do Censo Agropecuário de 2006, da Pesquisa de Orçamentos Familiares de 2008/2009 e da Pesquisa de Inovação (PINTEC) de 2011;
- iii) Utilização dos dados da declaração de Imposto de Renda Pessoa Física (DIPF);
- iv) Utilização dos dados do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos – SIAPE;
- v) Aperfeiçoamentos metodológicos: revisão do método de estimação do aluguel imputado, e reclassificação da Contribuição ao Programa de Integração Social (PIS);
- vi) Adoção das recomendações e modificações do manual internacional de Contas Nacionais das Nações Unidas, *System of National Accounts SNA 2008*, em substituição à versão anterior de 1993;
- vii) Implantação do Sistema Integrado de Contas Regionais – SICOR que permite administrar a base dados do sistema com maior segurança.

Para a série referência 2010, a classificação de atividades econômicas passou a incorporar a versão 2.0 da CNAE, que apresenta correspondência com a versão 4 da *Classificación Industrial Internacional Uniforme de todas las Actividades Económicas - CIUU/ISIC* das Nações Unidas. A versão 2.0 da CNAE ampliou as categorias das atividades de serviço, criou categorias específicas para as atividades de meio ambiente e, além disso, passou a considerar a atividade de edição, integrada ou não à impressão, como uma atividade dos serviços e não mais como atividade industrial.

A adoção dos resultados do Censo Agropecuário 2006, em substituição ao Censo Agropecuário 1995-1996, permitiu a atualização das estruturas da agropecuária do país.

Diferentemente do ocorrido na série anterior, a leitura e a extrapolação do Censo Agropecuário 2006 foram realizadas de forma ascendente, por Unidade da Federação, sendo o resultado Brasil a soma das 26 Unidades Federativas mais o Distrito Federal. Portanto, as séries nacional e regional encontram-se plenamente integradas.

A Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008/2009 foi incorporada na conta regional a fim de regionalizar a parcela de autoconstrução da atividade de Construção estimada pela conta nacional. Na série anterior, na conta regional, a atividade de construção somente considerava as informações da PAIC e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD.

Na série referência 2002, as informações do Imposto de Renda Pessoa Jurídica foram introduzidas de forma a complementar o âmbito do sistema de contas. Na série referência 2010, houve também a incorporação das informações do Imposto de Renda Pessoa Física, especificamente para a atividade de cartório que se encontra incluída nos "Serviços jurídicos, de contabilidade e auditoria" compondo a atividade "Atividades profissionais, científicas e técnicas".

Outro fator importante foi a introdução da base de dados da Secretaria de Gestão Pública, do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos – SIAPE, para a regionalização da despesa de pessoal civil ativo de órgãos do Poder Executivo da esfera federal, juntamente com a base do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI, utilizada para a regionalização das despesas da esfera federal em geral. Na série 2002 somente a base do SIAFI era utilizada para regionalização de todos os órgãos da esfera federal.

Dentre as alterações introduzidas pelo manual internacional de contas nacionais - SNA 2008, destaca-se a ampliação da fronteira da formação bruta de capital fixo - FBCF, que passou a considerar como produção todo o gasto com Pesquisa e Desenvolvimento - P&D tendo como destino a FBCF. Em função desta mudança, a partir das estimativas das Contas Nacionais, possibilitou-se estimar a participação da atividade P&D no total do Valor Adicionado - VA, separando-a em P&D público e privado para o Brasil. No caso das Contas Regionais, a princípio, só será estimado o P&D privado, o P&D público será divulgado juntamente com a atividade de Administração, Educação, Saúde e P&D Públicos, Defesa e Seguridade Social, em função da dificuldade da desagregação do P&D Público do total da atividade. A regionalização da estimativa do P&D privada da conta nacional utilizou informação da PINTEC de 2011.

Outra alteração introduzida no Sistema de Contas Nacionais – referência 2010 foi o tratamento das sedes das empresas. Na série anterior as unidades unicamente a serviço da própria empresa não eram contabilizadas como unidade produtiva. Seus gastos eram rateados pelas unidades produtivas da

empresa. O novo manual internacional, SNA 2008, recomenda que, quando possível, e no caso de impacto relevante, que essa unidade seja identificada e a ela seja imputada produção de serviços administrativos cujo destino é o consumo intermediário das demais unidades da empresa. Nesta série, referência 2010, este tratamento foi somente realizado para as empresas investigadas pela PIA, uma vez que somente esta pesquisa levanta informações das unidades produtivas das empresas pertencentes ao seu âmbito. As sedes de empresas industriais foram classificadas na atividade (das contas nacionais) "6980 - Atividades jurídicas, contábeis, consultoria e sedes de empresas". O resultado deste tratamento foi a redução do valor adicionado bruto da indústria e o aumento correspondente nos serviços.

Para a série referência 2010, a estimativa do aluguel de imóveis imputado, baseada em métodos estatísticos, passou a utilizar o método de calibração e não mais o método de imputação. O processo de imputação parte de regressões que usam, como variáveis explicativas, características do imóvel, de seu setor censitário e da pessoa de referência constante da PNAD. O novo método usa calibração, ou seja, ajusta os pesos amostrais da pesquisa a partir de informações sobre o universo pesquisado<sup>1</sup>.

Outra introdução metodológica da nova série, e que tem impacto nas contas regionais, diz respeito à reclassificação da Contribuição ao Programa de Integração Social (PIS), que passou a ser considerado como imposto sobre produto e não mais um imposto sobre a produção<sup>2</sup>. O resultado desta reclassificação foi a redução do valor adicionado bruto e correspondente aumento do valor dos impostos líquidos de subsídios sobre produto, entretanto não há impacto no total do Produto Interno Bruto.

Até a série referência 2002, as Contas Regionais incluíam tão somente o cálculo do PIB pela ótica da produção. Nessa ótica, são computadas as produções de cada atividade econômica e o consumo intermediário destas, por unidade da federação. A diferença entre o valor bruto da produção e o consumo intermediário resulta no valor adicionado bruto das atividades econômicas em cada unidade da federação. O valor adicionado de todas as atividades em cada unidade da federação é somado ao total da arrecadação de impostos líquidos de subsídios sobre produtos, resultando no PIB de cada UF.

**Uma das novidades da série das Contas Regionais do Brasil referência 2010 é a divulgação do PIB pela ótica da renda.** Nessa ótica, o PIB corresponde à soma de todos os rendimentos obtidos no processo de produção de bens e serviços mais os impostos, líquidos de subsídios sobre a produção e importação.

► PIB (ótica da produção) = o PIB é igual à soma do valor adicionado bruto de todas as atividades (ao valor da produção menos o

---

<sup>1</sup> Para maiores detalhes ver nota metodológica nº 06 – Estimativa do aluguel de imóveis. Disponível em: [ftp://ftp.ibge.gov.br/Contas\\_Nacionais/Sistema\\_de\\_Contas\\_Nacionais/Notas\\_Metodologicas\\_2010/06\\_aluguel.pdf](ftp://ftp.ibge.gov.br/Contas_Nacionais/Sistema_de_Contas_Nacionais/Notas_Metodologicas_2010/06_aluguel.pdf)

<sup>2</sup> Para maiores detalhes ver nota metodológica nº 12 – Governo e Administração Pública. Disponível em: [ftp://ftp.ibge.gov.br/Contas\\_Nacionais/Sistema\\_de\\_Contas\\_Nacionais/Notas\\_Metodologicas\\_2010/12\\_governo.pdf](ftp://ftp.ibge.gov.br/Contas_Nacionais/Sistema_de_Contas_Nacionais/Notas_Metodologicas_2010/12_governo.pdf)

consumo intermediário) + os impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos não incluídos no valor da produção.

► PIB (ótica da renda) = remuneração dos empregados + rendimento misto bruto + excedente operacional bruto + total dos impostos, líquidos de subsídios, sobre a produção e a importação

Num sistema de contas nacionais o valor adicionado bruto, medido pela diferença entre a produção e o consumo intermédio por atividade, é idêntico à soma dos rendimentos gerados. Em outras palavras:

VAB= Remuneração dos empregados + Outros impostos sobre a produção + (Rendimento Misto + Excedente Operacional Bruto)

O excedente operacional bruto – EOB e o rendimento misto - RM são medidos por atividade econômica para todas as UFs. A soma deles (RM +EOB) corresponde ao saldo resultante do valor adicionado bruto deduzido das remunerações dos empregados e outros impostos sobre a produção (líquidos de subsídios).

A remuneração dos empregados é definida como o total das remunerações, em dinheiro ou em bens e serviços, pagos por uma empresa a um empregado em troca do trabalho realizado por este durante um período contábil. As remunerações compreendem os salários brutos (antes de qualquer dedução para previdência social a cargo dos assalariados ou recolhimento de imposto de renda) e as contribuições sociais incorridas pelos empregadores de forma a gerar benefícios sociais a seus empregados

As contribuições sociais correspondem aos pagamentos, por conta dos empregadores e em nome de seus empregados, aos institutos oficiais de previdência (como, por exemplo, ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviços - FGTS) e às previdências privadas, necessários para garantir o acesso aos benefícios. Incluem, também, as contribuições sociais imputadas que representam os benefícios pagos pela administração pública, por aposentadorias e pensões e outros benefícios previdenciários a seus ex-funcionários (estatutários e militares) e seus dependentes, deduzidos das contribuições sociais efetivas para o Plano de Seguridade Social do servidor público.

As remunerações foram compiladas a partir das informações de salários e contribuições pagas por cada atividade para todas as Unidades da Federação num processo semelhante à mensuração dos componentes do PIB pela ótica da produção. Ou seja, para mensurar o total de remunerações referentes a cada Unidade da Federação foi necessário a conjugação de informações sobre salários e contribuições sociais das pesquisas do IBGE e de registros administrativos. A PAIC, a PIA, a PAC e PAS informaram o valor anual pago de salários brutos, retiradas e outras remunerações para todas as atividades contempladas nas respectivas pesquisas. Registros administrativos, como a Declaração de Informações

Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica - DIPJ e Relação Anual de Informações Sociais - RAIS forneceram dados para as empresas cujas atividades estão fora do âmbito das pesquisas econômicas do IBGE. Além disso, foram incorporadas as informações da PNAD sobre os salários sem carteira assinada para todas as atividades de todas as Unidades da Federação, à exceção da agropecuária.

Para as atividades da agropecuária todas variáveis de remuneração foram regionalizadas de forma descendente, isto é, os valores das remunerações por Unidade da Federação, nesta atividade, foram obtidos aplicando a distribuição do valor bruto da produção – VBP agropecuário do Brasil.

Outros impostos sobre a produção, líquidos de subsídios, foram estimados de forma descendente, onde o valor total estimado na conta de produção Brasil é regionalizado, por atividade econômica utilizando como fator de regionalização o VBP por atividade econômica.

## REFERÊNCIAS

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Contas Regionais do Brasil: 2002 – 2005. Rio de Janeiro, 2007. (Contas Nacionais n. 21)

\_\_\_\_\_. Contas Regionais do Brasil: 2003 – 2006. Rio de Janeiro, 2008. (Contas Nacionais n. 25)

\_\_\_\_\_. Contas Regionais do Brasil: 2003 – 2007. Rio de Janeiro, 2009. (Contas Nacionais n. 28)

\_\_\_\_\_. Contas Regionais do Brasil: 2004 – 2008. Rio de Janeiro, 2010. (Contas Nacionais n. 32)

\_\_\_\_\_. Contas Regionais do Brasil: 2005 – 2009. Rio de Janeiro, 2011. (Contas Nacionais n. 35)

\_\_\_\_\_. Contas Regionais do Brasil: 2010. Rio de Janeiro, 2012. (Contas Nacionais n. 38)

## GLOSSÁRIO - IBGE

**atividade econômica** Conjunto de unidades de produção caracterizado pelo produto produzido, classificado conforme sua produção principal.

**consumo intermediário** Bens e serviços utilizados como insumos (matérias-primas) no processo de produção.

**deflator implícito** Variação média dos preços do período em relação à média dos preços do período anterior.

**impostos sobre a produção e de importação** Impostos, taxas e contribuições pagos pelas unidades de produção e que incidem sobre a produção, a comercialização, a importação e a exportação de bens e serviços e sobre a utilização dos fatores de produção.

**impostos sobre produtos** Impostos, taxas e contribuições que incidem sobre os bens e serviços quando são produzidos ou importados, distribuídos, vendidos, transferidos ou de outra forma disponibilizados pelos seus proprietários.

**produto interno bruto** Total dos bens e serviços produzidos pelas unidades produtoras residentes sendo, portanto, a soma dos valores adicionados pelos diversos setores acrescida dos impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos não incluídos na valoração da produção. Por outro lado, o produto interno bruto é igual à soma dos consumos finais de bens e serviços valorados a preço de mercado sendo, também, igual à soma das rendas primárias. Pode, portanto, ser expresso por três óticas: a) do lado da produção – o produto interno bruto é igual ao valor da produção menos o consumo intermediário mais os impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos não incluídos no valor da produção; b) do lado da demanda - o produto interno bruto é igual à despesa de consumo final mais a formação bruta de capital fixo mais a variação de estoques mais as exportações de bens e serviços menos as importações de bens e serviços; c) do lado da renda - o produto interno bruto é igual à remuneração dos empregados mais o total dos impostos, líquidos de subsídios, sobre a produção e a importação mais o rendimento misto bruto mais o excedente operacional bruto.

**remuneração dos empregados** Despesas efetuadas pelos empregadores (salários mais contribuições sociais efetivas) com seus empregados em contra partida do trabalho realizado.

**rendimento de autônomos** Remuneração pelo trabalho efetuado pelo proprietário de um negócio que não pode ser identificada separadamente do seu rendimento como empresário.

**salários e ordenados** Salários e ordenados recebidos em contrapartida do trabalho, em moeda ou em mercadorias.

**serviços de intermediação financeira indiretamente medidos** Rendimentos de propriedade a receber pelos intermediários financeiros líquidos dos juros totais a pagar, excluindo o valor de qualquer rendimento de propriedade a receber de investimento de fundos próprios.

**subsídios à produção** Transferências correntes das administrações públicas destinadas a cobrir *deficit* operacional de empresas privadas ou públicas, permitindo que o consumidor dos respectivos produtos ou serviços seja beneficiado por preços inferiores aos que seriam fixados no mercado, na ausência dos subsídios.

**território econômico** Território geográfico administrado por um governo dentro do qual circulam livremente pessoas, bens e capitais.

**unidade residente** Unidade que mantém o centro de interesse econômico no território econômico, realizando, sem caráter temporário, atividades econômicas nesse território.

**valor adicionado** Valor que a atividade acrescenta aos bens e serviços consumidos no seu processo produtivo. É a contribuição ao produto interno bruto pelas diversas atividades econômicas, obtida pela diferença entre o valor de produção e o consumo intermediário absorvido por essas atividades.

**variação de estoques** Diferença entre os valores dos estoques de mercadorias finais, de produtos semimanufaturados, bens em processo de fabricação e matérias-primas dos setores produtivos no início e no fim do ano, avaliados aos preços médios correntes do período.

**ANEXO A - Tabelas de Resultados – IBGE**

**Tabela 8. Produto Interno Bruto, população residente e Produto Interno Bruto per capita, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2014**

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Produto Interno Bruto		População residente (1 000 hab.) (1)	Produto Interno Bruto <i>per</i> <i>capita</i> (R\$)
	1 000 000 R\$ Preços correntes	Varição real anual (%)		
<b>Brasil</b>	<b>5 778 953</b>	<b>0,5</b>	<b>202 769</b>	<b>28 500,24</b>
<b>NORTE</b>	<b>308 077</b>	<b>3,0</b>	<b>17 231</b>	<b>17 879,20</b>
Rondônia	34 031	3,7	1 749	19 462,61
Acre	13 459	4,4	790	17 034,15
Amazonas	86 669	0,2	3 874	22 373,36
Roraima	9 744	2,5	497	19 608,40
Pará	124 585	4,1	8 074	15 430,53
Amapá	13 400	1,7	751	17 845,34
Tocantins	26 189	6,2	1 497	17 495,94
<b>NORDESTE</b>	<b>805 099</b>	<b>2,8</b>	<b>56 186</b>	<b>14 329,13</b>
Maranhão	76 842	3,9	6 851	11 216,37
Piauí	37 723	5,3	3 195	11 808,08
Ceará	126 054	4,2	8 843	14 255,05
Rio Grande do Norte	54 023	1,6	3 409	15 849,33
Paraíba	52 936	2,9	3 944	13 422,42
Pernambuco	155 143	1,9	9 278	16 722,05
Alagoas	40 975	4,8	3 322	12 335,44
Sergipe	37 472	0,4	2 220	16 882,71
Bahia	223 930	2,3	15 126	14 803,95
<b>SUDESTE</b>	<b>3 174 691</b>	<b>-0,5</b>	<b>85 116</b>	<b>37 298,57</b>
Minas Gerais	516 634	-0,7	20 734	24 917,12
Espírito Santo	128 784	3,3	3 885	33 148,56
Rio de Janeiro	671 077	1,5	16 461	40 767,26
São Paulo	1 858 196	-1,4	44 035	42 197,87
<b>SUL</b>	<b>948 454</b>	<b>-0,1</b>	<b>29 016</b>	<b>32 687,15</b>
Paraná	348 084	-1,5	11 082	31 410,74
Santa Catarina	242 553	2,4	6 727	36 055,90
Rio Grande do Sul	357 816	-0,3	11 207	31 927,16
<b>CENTRO-OESTE</b>	<b>542 632</b>	<b>2,5</b>	<b>15 220</b>	<b>35 653,48</b>
Mato Grosso do Sul	78 950	2,6	2 620	30 137,58
Mato Grosso	101 235	4,4	3 224	31 396,81
Goiás	165 015	1,9	6 523	25 296,60
Distrito Federal	197 432	2,0	2 852	69 216,80

Fonte: IBGE, IMESC.

(1) População estimada para 1º de julho de 2008 segundo os municípios, enviada ao Tribunal de Contas da União – TCU em 31.10.2013.

**Tabela 9. Participação percentual e posição relativa do Produto Interno Bruto das Unidades da Federação em relação ao Produto Interno Bruto do Brasil – Ano 2010 a 2014**

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Produto Interno Bruto									
	Participação (%)					Posição relativa				
	2010	2011	2012	2013	2014	2010	2011	2012	2013	2014
<b>NORTE</b>	<b>5,3</b>	<b>5,5</b>	<b>5,4</b>	<b>5,5</b>	<b>5,3</b>	<b>5º</b>	<b>5º</b>	<b>5º</b>	<b>5º</b>	<b>5º</b>
Rondônia	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	22º	22º	22º	23º	23º
Acre	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	25º	26º	26º	26º	25º
Amazonas	1,6	1,6	1,5	1,6	1,5	14º	14º	15º	15º	15º
Roraima	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	27º	27º	27º	27º	27º
Pará	2,1	2,3	2,2	2,3	2,2	12º	12º	12º	11º	13º
Amapá	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	26º	25º	25º	25º	26º
Tocantins	0,4	0,4	0,4	0,4	0,5	24º	24º	24º	24º	24º
<b>NORDESTE</b>	<b>13,5</b>	<b>13,3</b>	<b>13,6</b>	<b>13,6</b>	<b>13,9</b>	<b>3º</b>	<b>3º</b>	<b>3º</b>	<b>3º</b>	<b>3º</b>
Maranhão	1,2	1,2	1,3	1,3	1,3	17º	17º	17º	17º	17º
Piauí	0,6	0,6	0,6	0,6	0,7	23º	23º	23º	22º	21º
Ceará	2,0	2,0	2,0	2,0	2,2	13º	13º	13º	13º	12º
Rio Grande do Norte	0,9	0,9	1,0	1,0	0,9	18º	18º	18º	18º	18º
Paraíba	0,9	0,8	0,9	0,9	0,9	19º	19º	19º	19º	19º
Pernambuco	2,5	2,5	2,7	2,6	2,7	10º	10º	10º	10º	10º
Alagoas	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	20º	20º	20º	20º	20º
Sergipe	0,7	0,7	0,7	0,7	0,6	21º	21º	21º	21º	22º
Bahia	4,0	3,8	3,8	3,8	3,9	6º	7º	7º	7º	7º
<b>SUDESTE</b>	<b>56,1</b>	<b>56,1</b>	<b>55,9</b>	<b>55,3</b>	<b>54,9</b>	<b>1º</b>	<b>1º</b>	<b>1º</b>	<b>1º</b>	<b>1º</b>
Minas Gerais	9,0	9,1	9,2	9,2	8,9	3º	3º	3º	3º	3º
Espírito Santo	2,2	2,4	2,4	2,2	2,2	11º	11º	11º	12º	11º
Rio de Janeiro	11,6	11,7	11,9	11,8	11,6	2º	2º	2º	2º	2º
São Paulo	33,3	32,8	32,4	32,1	32,2	1º	1º	1º	1º	1º
<b>SUL</b>	<b>16,0</b>	<b>15,9</b>	<b>15,9</b>	<b>16,5</b>	<b>16,4</b>	<b>2º</b>	<b>2º</b>	<b>2º</b>	<b>2º</b>	<b>2º</b>
Paraná	5,8	5,9	5,9	6,3	6,0	5º	5º	5º	4º	5º
Santa Catarina	4,0	4,0	4,0	4,0	4,2	7º	6º	6º	6º	6º
Rio Grande do Sul	6,2	6,1	6,0	6,2	6,2	4º	4º	4º	5º	4º
<b>CENTRO-OESTE</b>	<b>9,1</b>	<b>9,1</b>	<b>9,2</b>	<b>9,1</b>	<b>9,4</b>	<b>4º</b>	<b>4º</b>	<b>4º</b>	<b>4º</b>	<b>4º</b>
Mato Grosso do Sul	1,2	1,3	1,3	1,3	1,4	16º	16º	16º	16º	16º
Mato Grosso	1,5	1,6	1,7	1,7	1,8	15º	15º	14º	14º	14º
Goiás	2,7	2,8	2,9	2,8	2,9	9º	9º	9º	9º	9º
Distrito Federal	3,7	3,5	3,4	3,3	3,4	8º	8º	8º	8º	8º

Fonte: IBGE, IMESC.

**Tabela 10. Posição relativa, Variação real anual e acumulada do Produto Interno Bruto das Unidades da Federação no Produto Interno Bruto do Brasil, das Grandes Regiões e das Unidades da Federação – Ano 2010-2014**

Unidades da Federação	Variação real anual do Produto Interno Bruto (%)				Variação real acumulada, entre 2010 e 2014, do Produto Interno Bruto (%)	Posição relativa da variação real acumulada do Produto Interno Bruto
	2011	2012	2013	2014		
<b>NORTE</b>	6,5	3,2	2,9	3,0	16,5	1º
Rondônia	5,2	3,3	0,8	3,7	13,7	15º
Acre	4,3	6,2	2,3	4,4	18,2	8º
Amazonas	10,4	1,4	4,4	0,2	17,0	9º
Roraima	3,2	4,8	5,5	2,5	17,0	10º
Pará	4,4	3,2	2,5	4,1	14,9	13º
Amapá	3,6	9,2	3,4	1,7	19,0	7º
Tocantins	8,8	5,2	2,2	6,2	24,3	2º
<b>NORDESTE</b>	4,1	3,0	3,1	2,8	13,6	3º
Maranhão	6,5	4,3	5,6	3,9	21,9	3º
Piauí	5,2	6,1	2,3	5,3	20,3	4º
Ceará	3,9	1,6	5,1	4,2	15,6	12º
Rio Grande do Norte	5,4	0,6	4,5	1,6	12,5	16º
Paraíba	5,7	4,1	5,8	2,9	19,7	6º
Pernambuco	4,5	3,9	2,9	1,9	13,9	14º
Alagoas	4,7	2,0	0,4	4,8	12,3	17º
Sergipe	4,8	1,5	1,0	0,4	7,9	24º
Bahia	2,1	3,0	1,3	2,3	8,9	22º
<b>SUDESTE</b>	3,5	1,8	2,0	-0,5	6,9	5º
Minas Gerais	2,5	3,3	0,5	-0,7	5,6	27º
Espírito Santo	7,4	-0,7	-0,1	3,3	10,1	21º
Rio de Janeiro	2,6	2,0	1,3	1,5	7,7	25º
São Paulo	3,8	1,5	2,8	-1,4	6,8	26º
<b>SUL</b>	4,3	-0,4	6,1	-0,1	10,2	4º
Paraná	4,6	0,0	5,5	-1,5	8,7	23º
Santa Catarina	3,5	1,7	3,5	2,4	11,5	18º
Rio Grande do Sul	4,6	-2,1	8,5	-0,3	10,8	19º
<b>CENTRO-OESTE</b>	4,6	4,4	3,9	2,5	16,3	2º
Mato Grosso do Sul	3,4	6,0	6,6	2,6	19,9	5º
Mato Grosso	5,7	11,0	3,5	4,4	26,7	1º
Goiás	5,8	4,5	3,1	1,9	16,2	11º
Distrito Federal	3,7	0,8	3,7	2,0	10,5	20º

Fonte: IBGE, IMESC.

**Tabela 11. PIB per capita das Grandes Regiões e Estados e razão entre PIB per capita brasileiro e das Unidades da Federação – 2010 a 2014**

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Produto Interno Bruto <i>per capita</i>									
	Valor em R\$					Relação UF/Brasil				
	2010	2011	2012	2013	2014	2010	2011	2012	2013	2014
<b>BRASIL</b>	20 371,64	22 748,72	24 825,15	26 521,15	28 500,24					
<b>NORTE</b>	13 040,47	14 975,16	15 878,07	17 219,22	17 879,20	0,64	0,66	0,64	0,65	0,63
Rondônia	15 320,65	17 491,60	18 938,69	18 007,85	19 462,61	0,75	0,77	0,76	0,68	0,68
Acre	11 384,33	11 990,36	13 360,72	14 777,18	17 034,15	0,56	0,53	0,54	0,56	0,60
Amazonas	17 488,72	19 990,58	20 117,80	21 810,12	22 373,36	0,86	0,88	0,81	0,82	0,79
Roraima	14 713,55	15 871,96	16 424,01	18 461,88	19 608,40	0,72	0,70	0,66	0,70	0,69
Pará	10 874,91	12 838,60	13 741,42	15 210,80	15 430,53	0,53	0,56	0,55	0,57	0,54
Amapá	12 319,32	13 749,97	15 933,06	17 365,38	17 845,34	0,60	0,60	0,64	0,65	0,63
Tocantins	11 857,88	13 095,72	14 590,19	16 098,79	17 495,94	0,58	0,58	0,59	0,61	0,61
<b>NORDESTE</b>	9 849,05	10 904,53	12 114,67	12 985,53	14 329,13	0,48	0,48	0,49	0,49	0,50
Maranhão	7 048,99	7 846,13	9 009,13	9 963,47	11 216,37	0,35	0,34	0,36	0,38	0,39
Piauí	7 139,80	8 260,72	9 060,41	9 824,74	11 808,08	0,35	0,36	0,36	0,37	0,41
Ceará	9 391,07	10 515,15	11 268,15	12 420,76	14 255,05	0,46	0,46	0,45	0,47	0,50
Rio Grande do Norte	11 421,40	12 815,67	14 377,13	15 269,44	15 849,33	0,56	0,56	0,58	0,58	0,56
Paraíba	8 899,38	9 787,93	11 136,68	11 847,81	13 422,42	0,44	0,43	0,45	0,45	0,47
Pernambuco	11 049,27	12 426,70	14 330,83	15 328,17	16 722,05	0,54	0,55	0,58	0,58	0,59
Alagoas	8 693,92	10 071,10	10 946,36	11 294,54	12 335,44	0,43	0,44	0,44	0,43	0,43
Sergipe	12 768,13	13 928,61	15 563,83	16 093,55	16 882,71	0,63	0,61	0,63	0,61	0,59
Bahia	11 013,11	11 817,87	12 879,59	13 616,22	14 803,95	0,54	0,52	0,52	0,51	0,52
<b>SUDESTE</b>	27 142,34	30 324,46	33 016,85	34 910,60	37 298,57	1,33	1,33	1,33	1,32	1,31
Minas Gerais	17 918,75	20 281,35	22 275,27	23 697,20	24 917,12	0,88	0,89	0,90	0,89	0,87
Espírito Santo	24 286,44	29 877,24	32 657,46	30 545,24	33 148,56	1,19	1,31	1,32	1,15	1,16
Rio de Janeiro	28 127,41	31 823,88	35 418,15	38 378,59	40 767,26	1,38	1,40	1,43	1,45	1,43
São Paulo	31 384,93	34 546,05	37 207,35	39 282,97	42 197,87	1,54	1,52	1,50	1,48	1,48
<b>SUL</b>	22 646,87	25 260,72	27 585,88	30 569,99	32 687,15	1,11	1,11	1,11	1,15	1,15
Paraná	21 572,21	24 459,07	27 001,97	30 323,46	31 410,74	1,06	1,08	1,09	1,14	1,10
Santa Catarina	24 597,41	27 555,30	30 046,38	32 334,04	36 055,90	1,21	1,21	1,21	1,22	1,27
Rio Grande do Sul	22 556,07	24 695,40	26 701,11	29 764,55	31 927,16	1,11	1,09	1,08	1,12	1,12
<b>CENTRO-OESTE</b>	25 253,18	28 092,35	30 819,44	32 389,57	35 653,48	1,24	1,23	1,24	1,22	1,25
Mato Grosso do Sul	19 299,34	22 253,17	24 754,90	26 747,59	30 137,58	0,95	0,98	1,00	1,01	1,06
Mato Grosso	18 655,61	22 482,25	25 572,10	28 035,75	31 396,81	0,92	0,99	1,03	1,06	1,10
Goiás	17 783,03	19 947,77	22 543,93	23 515,55	25 296,60	0,87	0,88	0,91	0,89	0,89
Distrito Federal	56 252,90	59 221,87	61 959,36	63 054,41	69 216,80	2,76	2,60	2,50	2,38	2,43

Fonte: IBGE, IMESC.

**Tabela 12. Participação das Atividades econômicas no Valor Adicionado Bruto – Brasil - 2014**

Setores e Atividades econômicas	2010	2011	2012	2013	2014
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
<b>Agropecuária</b>	<b>4,8</b>	<b>5,1</b>	<b>4,9</b>	<b>5,3</b>	<b>5,0</b>
Agricultura, inclusive o apoio à agricultura e a pós-colheita	3,0	3,3	3,2	3,5	3,2
Pecuária, inclusive o apoio à Pecuária	1,4	1,3	1,2	1,3	1,4
Produção florestal; pesca e aquicultura	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5
<b>Indústria</b>	<b>27,4</b>	<b>27,2</b>	<b>26,0</b>	<b>24,9</b>	<b>23,8</b>
Indústria extrativa	3,3	4,4	4,5	4,2	3,7
Indústrias de transformação	15,0	13,9	12,6	12,3	12,0
Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	2,8	2,7	2,4	2,0	1,9
Construção	6,3	6,3	6,5	6,4	6,2
<b>Serviços</b>	<b>67,8</b>	<b>67,7</b>	<b>69,1</b>	<b>69,9</b>	<b>71,2</b>
Comércio, manutenção e reparação de veículos automotores e motocicletas	12,6	12,9	13,4	13,5	13,6
Transporte, armazenagem e correio	4,3	4,4	4,5	4,5	4,6
Serviços de alojamento e alimentação	2,1	2,2	2,3	2,4	2,5
Serviços de informação e comunicação	3,8	3,7	3,6	3,5	3,4
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	6,8	6,4	6,4	6,0	6,4
Atividades imobiliárias	8,3	8,4	8,8	9,2	9,3
Atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares	7,4	7,6	7,9	8,0	8,1
Administração, educação, saúde, pesquisa e desenvolvimento públicas, defesa, seguridade social	16,3	16,1	15,9	16,4	16,4
Educação e saúde mercantis	3,0	3,0	3,4	3,5	3,8
Artes, cultura, esporte e recreação e outras atividades de serviços	1,9	1,8	1,8	1,8	1,8
Serviços domésticos	1,2	1,2	1,2	1,2	1,2

Fonte: IBGE, IMESC.

**Tabela 13. Produto Interno Bruto a preços correntes do Maranhão. Série retropolada – Anos 2002 a 2014**

ANO	Agropecuária	Indústrias extrativas	Indústrias de transformação	Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	Construção	Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas	Transporte, armazenagem e correio	Alojamento e alimentação	Informação e comunicação	Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	Atividades imobiliárias	Serviços prestados às empresas	Administração, educação, saúde, pesquisa e desenvolvimento públicos, defesa, seguridade social	Educação e saúde privadas	Outros serviços	Valor Adicionado Bruto	Impostos sobre produtos, líquidos de subsídios	Produto Interno Bruto
2002	1.867	32	1.057	275	1.368	1.661	684	262	306	357	1.942	444	3.430	519	361	14.566	1.358	15.924
2003	2.808	180	1.769	293	1.350	2.319	533	344	338	374	2.078	684	4.028	548	379	18.025	1.478	19.503
2004	3.046	321	1.581	390	1.154	2.736	1.084	414	394	417	2.271	770	4.456	560	505	20.099	2.028	22.127
2005	2.997	368	1.796	429	1.065	3.984	1.024	501	470	485	2.429	801	5.108	487	529	22.471	2.633	25.104
2006	2.707	364	2.664	543	2.769	3.940	954	649	472	553	2.630	1.144	5.970	528	736	26.620	3.090	29.711
2007	3.044	303	2.587	539	1.528	4.318	1.128	773	537	618	3.041	898	6.592	577	774	27.258	3.473	30.731
2008	5.005	798	2.384	568	2.342	5.446	1.480	858	517	650	3.455	1.212	7.675	617	825	33.833	4.099	37.932
2009	4.216	639	1.511	751	3.183	6.846	1.587	911	462	725	3.835	1.274	9.348	685	985	36.958	4.037	40.995
2010	4.538	817	1.500	851	3.715	7.192	1.843	1.162	549	824	4.183	1.762	10.458	745	972	41.111	5.199	46.310
2011	5.142	1.141	1.917	1.109	4.137	6.942	2.377	1.303	600	859	4.454	2.180	11.763	904	1.058	45.887	6.257	52.144
2012	5.439	971	2.830	1.677	4.945	8.139	2.439	2.049	613	957	4.592	2.800	13.148	1.177	1.209	52.984	7.506	60.490
2013	6.835	1.320	3.084	1.725	5.249	9.131	2.348	1.491	826	1.113	6.524	2.810	14.623	1.416	1.535	60.029	7.666	67.695
2014	7.384	517	3.789	1.525	6.453	10.727	3.060	1.956	837	1.468	7.190	3.337	16.838	1.751	1.732	68.566	8.276	76.842

Fonte: IBGE; IMESC